



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS**

**Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais**

Marabá-Pará-2017

**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins**

**Reitor:** Dr. Maurílio de Abreu Monteiro

**Vice-reitora:** Dr<sup>a</sup> Idelma Santiago da Silva

**Pró-Reitor de Ensino de Graduação:** Dr. Elias Fagury Neto

**Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica:** Dr<sup>a</sup> Fernanda Carla Lima Ferreira

**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis:** Ms. Haroldo de Souza

**Diretor do Instituto de Ciências Humanas:** Ms. Janailson Macedo Luiz

**Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas:** Ms. Marcelo Gaudêncio Pureza

**Diretora da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT):**  
Dr<sup>a</sup>. Joseline Simone Barreto Trindade

**Vice-Diretor da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT):**  
Dr. André Augusto Inoue Oda

**Núcleo Docente Estruturante da FACSAT**

- Prof. Dr. André Augusto Inoue Oda
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Célia Regina Congílio
- Prof. Dr. Cloves Barbosa
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edma do Socorro Silva Moreira
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gisela Macambira Villacorta
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Joseline Simone Barreto Trindade
- Prof. Dr<sup>a</sup> Marilza Sales Costa
- Prof. Ms. Raimundo Wanderley Correa Padilha
- Prof<sup>a</sup> Ms. Simone Cristina Contente Padilha

Possibilidades humanas ainda ocultas; e por essa razão devemos perfurar as muralhas do óbvio e do evidente, da moda ideológica do dia cuja trivialidade é tomada como prova de seu sentido. Demolir tais muralhas é vocação tanto do sociólogo quanto do poeta, e pela mesma razão: o emparedamento das possibilidades desvirtua o potencial humano ao mesmo tempo em que obstrui a revelação do seu blefe (BAUMAN, 2001, p.232).

## **Lista de Siglas**

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNE	Conselho Nacional de Educação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FACSAT	Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins
FECAMPO	Faculdade de Educação do Campo
FACED	Faculdade de Educação
FAGEO	Faculdade de Geografia
FAHIS	Faculdade de História
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
ICH	Instituto de Ciências Humanas
ISA	Instituto Socioambiental
LAPEX	Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais
MST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
MEC	Ministério da Educação
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
NAIA	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica
NEES	Núcleo de Educação Especial
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBEX	Programa Institucional de Extensão
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas Iniciação Científica
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

# **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
1.1 A FACSAT NO CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA UNIFESSPA.....	8
<b>2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO.....</b>	<b>9</b>
2.1 MEMÓRIA HISTÓRICA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM MARABÁ.....	9
2.2 A FACSAT NO CONTEXTO DO SUL E SUDESTE PARAENSE .....	10
<b>3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO .....</b>	<b>13</b>
<b>4. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO.....</b>	<b>14</b>
4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS .....	14
4.2 OBJETIVOS.....	15
4.3 PERFIL DO EGRESSO.....	15
4.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	16
4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	18
<b>5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO .....</b>	<b>18</b>
5.1 ESTRUTURA DO CURSO .....	18
5.2 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO .....	20
5.2.1 <i>Procedimentos da Banca Examinadora</i> .....	21
5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO .....	22
5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	23
5.5 POLÍTICA DE PESQUISA .....	23
5.5.1 <i>Leitura e produção textual</i> .....	23
5.5.2 <i>Métodos e Técnicas de Pesquisa</i> .....	24
5.5.3 <i>Seminários de Integração</i> .....	25
5.5.4 <i>Seminários de Conclusão de Curso</i> .....	26
5.5.5 <i>Diálogos de Pesquisa</i> .....	26
5.5.6 <i>Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais (LAPEX)</i> .....	28
5.5.7 <i>Trabalho de campo</i> .....	29
5.5.8 <i>Linhas de pesquisa</i> .....	29
5.6 POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	33
5.7 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL.....	34
5.7.1 <i>Diversidade e inclusão: ensino, pesquisa e extensão</i> .....	34
5.7.2 <i>Censo estudantil</i> .....	38
<b>6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE .....</b>	<b>41</b>
<b>7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
7.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIO DA AVALIAÇÃO .....	43
7.2 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM .....	44
7.3 AVALIAÇÃO DE ENSINO.....	45
7.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO .....	45
<b>8 INFRAESTRUTURA.....</b>	<b>47</b>

8.1 DOCENTES .....	47
8.2 TÉCNICOS .....	47
8.3 INSTALAÇÕES.....	48
8.4 RECURSOS .....	49
<b>9. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>51</b>
<b>10. ANEXOS .....</b>	<b>52</b>
ANEXO 1: ATA DE APROVAÇÃO DO PPC NA SUB-UNIDADE.....	52
ANEXO 1.1 ATA DE APROVAÇÃO NA UNIDADE (ICH).....	54
ANEXO 2: DESENHO CURRICULAR .....	55
ANEXO 3: CONTABILIDADE ACADÊMICA .....	57
ANEXO 4: ATIVIDADES CURRICULARES POR PERÍODO LETIVO .....	61
ANEXO 5: DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES TRABALHADAS .....	63
ANEXO 6: QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS ENTRE COMPONENTES CURRICULARES ANTIGOS E NOVOS (ABRANGE AS TURMAS 2013 E ANTERIORES).....	65
ANEXO 7: QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS ENTRE COMPONENTES CURRICULARES ANTIGOS E NOVOS DE LICENCIATURA (ABRANGE AS TURMAS 2014 E 2015) .....	66
<i>Anexo 8: Representação Gráfica do Desenho Curricular.....</i>	<i>67</i>
ANEXO 9: EMENTAS DAS DISCIPLINAS CURRICULARES .....	68
<i>EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA .....</i>	<i>68</i>
<i>EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR .....</i>	<i>78</i>
<i>EIXO DE FORMAÇÃO LIVRE .....</i>	<i>86</i>
ANEXO 10: LEI Nº 6.888/1980: DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE SOCIOLOGO/A.....	93
ANEXO 11: DECRETO Nº 89.531/1984: REGULAMENTA A PROFISSÃO DE SOCIOLOGO/A.....	95
ANEXO 12: RESOLUÇÃO DA FACSAT QUE NORMATIZA OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO .....	98
<i>Anexo 12.1: Modelo de Ficha de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso .....</i>	<i>103</i>
ANEXO 13: FICHA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....	104
ANEXO 14. DOCUMENTOS LEGAIS QUE SUBSIDIARAM A ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	106

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente projeto pedagógico do Curso de graduação em Ciências Sociais – Bacharelado foi elaborado e aprovado pela Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT). Antes disso, desde 1994, vínhamos desenvolvendo nossas atividades nos marcos do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA), em uma história de variados esforços para a construção de um curso de Ciências Sociais que atendesse as nossas necessidades específicas. Em 2010, o Projeto Pedagógico original foi transformado e reformulado. Nesse percurso, envolveram-se coletivamente diferentes sujeitos (discentes, docentes, técnicos, representantes de movimentos sociais e diversas organizações), convidados a refletir sobre a formação, desafios e expectativas para a construção do curso de Ciências Sociais no sul e sudeste do Pará. O presente Projeto Pedagógico representa, nesse sentido, o acúmulo de experiência institucional da FACSAT e um ponto de culminância de nossa formação histórica.

Diante de todo esse processo, a Faculdade percorreu um longo caminho para tentar resolver – ou pelo menos amenizar – os problemas vivenciados. Com esta nova proposta, pretendemos oferecer maior dinâmica e flexibilidade ao curso, buscando aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem, redimensionando o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para um desenho curricular do bacharelado, de modo a formar cientistas sociais que possam atuar em diferentes realidades sociais com uma base mais holística e sólida.

Assim, a nova estrutura para a oferta do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais ora proposto neste projeto pedagógico traz como perspectiva uma atuação em diálogo próximo com a sociedade, pois a vivência da realidade integrada ao contexto acadêmico qualifica o ensino e favorece a produção de novos saberes. Nossa missão é a construção de conhecimento conjugado entre docentes, discentes e egressos, para contribuir no processo de desenvolvimento social e humano da região e de todo o país.

Este documento reflete as aspirações dos corpos docente, discente e técnico da FACSAT para o estabelecimento de um curso que garanta a sólida formação dos bacharéis em Ciências Sociais, em uma região com inúmeras contradições sociais e, que, por isso, demanda um debate qualificado sobre os problemas sociais e ações efetivas planejadas e orientadas para o bem-estar das populações da região, pois o processo dinâmico de encontro entre diferentes forças sociais e econômicas trouxe rápidas e profundas transformações no intervalo de apenas algumas décadas. Faz-se necessário o olhar mais analítico, minucioso e prático das Ciências Sociais sobre as ações do poder público, das empresas privadas, das antigas e novas oligarquias, de todos os atores sociais envolvidos nas transformações sociais, econômicas e políticas e seus impactos na região.

Nesse sentido, nossa preocupação com a formação de Bacharéis em Ciências Sociais se dá não apenas no que diz respeito ao conhecimento objetivo por eles acumulado, senão também no compromisso social orientado por valores éticos e políticos da dignidade humana, da igualdade social, do respeito aos direitos humanos em geral, do respeito às diferenças culturais e de gênero, da

valorização dos povos e comunidades tradicionais, da laicidade do Estado, do bem-estar das populações locais e do empoderamento de todos os atores sociais oprimidos e marginalizados no processo de desenvolvimento social, político e econômico da região.

A preocupação com uma sólida formação intelectual de bacharéis também passa pela necessidade de darmos visibilidade, em nível nacional e internacional, aos problemas e contradições sociais locais. Ademais, a qualificação das pesquisas produzidas por cientistas sociais formados na própria região amazônica, que concentra uma parte significativa da realidade econômica brasileira, podem indicar, em última instância, uma aprimorada orientação de políticas públicas, tanto em nível local, quanto nacional.

### **1.1 A FACSAT no contexto de criação da Unifesspa**

O Bacharelado em Ciências Sociais é ofertado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), uma instituição de ensino superior pública, multicampi, criada oficialmente em 5 de junho de 2013 com a sanção da presidenta Dilma Rousseff, como resultado do desmembramento do campus de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A Unifesspa pretende ser “(...) uma universidade inclusiva” cuja missão é a de “produzir, sistematizar e difundir conhecimentos filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico, ampliando a formação e as competências do ser humano na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e no avanço da qualidade de vida” (PDI Pró-Tempore 2014-2016, p. 27). Nesse sentido seus princípios norteadores compreendem a,

(a) universalização do conhecimento; (b) o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; (c) o pluralismo de ideias e de pensamento; (d) o ensino público e gratuito; (e) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (f) a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; (g) a excelência acadêmica; (h) a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.” (PDI Pró-Tempore 2014-2016, p. 27-8).

Na condição de universidade recém-criada, refletindo de certo modo o desenvolvimento acelerado da região, esta Instituição de Ensino Superior (IES) se encontra em um movimento intenso de investimento em novas estruturas, de ampliação do seu quadro docente e técnico, da criação de novos cursos, de reorganização administrativa e de formação de sua identidade própria.

A Unifesspa é organizada a partir de Institutos, cada um reunindo um conjunto de Faculdades. As Faculdades que, *grosso modo*, representam disciplinas científicas com alguma afinidade epistemológica entre si são reunidas sob a direção comum do Instituto. A abrangência da direção do Instituto se limita a um conjunto de faculdades de um mesmo campus e cada instituto conta com representações nas instâncias deliberativas da administração superior. A Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT) junto com as Faculdades de Educação do Campo (FECAMPO), de Geografia (FAGEO), de História (FAHIST) e de Pedagogia (FACED) constituem o Instituto de Ciências Humanas (ICH).



## **2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO**

### **2.1 Memória histórica do curso de Ciências Sociais em Marabá**

Em 1957, com a aprovação do Decreto-lei 3.191 foram criadas sete faculdades da UFPA: Medicina; Direito; Farmácia; Engenharia; Odontologia; Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Segundo Palhano (2007), naquela época o Curso de Ciências Sociais já estava em funcionamento no Estado do Pará (visto que havia sido autorizado pelo Decreto-lei 35.456, de 04 de Abril de 1954) na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém - FFCL, uma das Faculdades que, reunidas em 1957, compuseram a UFPA.

Os cursos oferecidos pela FFCL foram os primeiros, em Belém, destinados à formação de docentes para disciplinas específicas. O curso de Ciências Sociais integrava a seção de Ciências, juntamente com Matemática, Química, Física, História Natural, História e Geografia. A FFCL adotava a estrutura desenvolvida pela Faculdade Nacional de Filosofia, na qual, os três primeiros anos eram dedicados à formação para o bacharelado e, caso o discente desejasse, mais um ano para a licenciatura (ALMEIDA, 2006, p. 89).

A criação de um campus avançado em Marabá, localizado no sul e sudeste do Pará, deveria atender, prioritariamente, à necessidade de formação de docentes para o ensino fundamental e médio na década de 1990. Porém, no decorrer dos anos, a demanda por profissionais de pesquisa exigiu a inclusão da habilidade em bacharelado em Ciências Sociais, envolvendo dimensões que pudessem integrar os três eixos: ensino, pesquisa e extensão.

A história do Curso de Ciências Sociais em Marabá tem início em 1994, quando o antigo Centro de Filosofia e Ciências Humanas, atual Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA, ofertou quarenta (40) vagas para composição de uma turma com habilitação para licenciatura e bacharelado. Entre 1994 a 1999, o curso funcionou em regime intervalar, sendo realizado no período de recesso letivo, com corpo docente vindo de Belém. Em 1999, uma segunda turma foi composta também em caráter intensivo ainda sob coordenação de Belém. Em meados do ano de 2000, a partir de uma discussão com a sociedade civil, foi desenvolvida e aprovada a criação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, em caráter extensivo, no Campus Universitário de Marabá. A elaboração do projeto pedagógico do curso foi realizada pelos docentes da UFPA do campus de Marabá. Este projeto foi submetido ao parecer do sociólogo Jean Hébert, também da UFPA, em Belém, que foi favorável à criação do curso. Sendo assim, o curso teve sua regulamentação aprovada pelo parecer nº 09/2003, de 01 de outubro de 2003, da Câmara de Ensino da UFPA.

Em 2013, com a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), novos desafios foram colocados à FACSAT, entre eles, a reforma e elaboração de novos Projetos Pedagógicos de Curso, uma aproximação ainda maior com a sociedade e a integração interdisciplinar das Ciências Sociais com as outras Faculdades do Instituto de Ciências Humanas. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico é um elemento importante no movimento de constituição de nossa autonomia e identidade própria enquanto Faculdade dentro de uma nova universidade.

Em 2014, com o desmembramento de licenciatura e bacharelado, com base no Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) Nº 09 DE 08 de maio de 2001, foi ofertada a primeira turma de Licenciatura em Ciências Sociais com quarenta vagas. Em 2015, ofertamos a segunda turma de licenciatura. Em 2016, a Faculdade ofertou a primeira turma em bacharelado em Ciências Sociais com 40 vagas. Já em 2017 foram ofertadas duas turmas uma de licenciatura (20 vagas) e uma do bacharelado (20 vagas).

## **2.2 A FACSAT no contexto do sul e sudeste paraense**

As regiões sul e sudeste paraenses encontram-se no espaço oriental da Amazônia Brasileira. Trata-se de uma região que se destaca pelo dinamismo econômico e por profundas transformações da sua base socioprodutiva, motivada por uma forte intervenção estatal, a partir da década de 1960, que muda radicalmente o cenário regional anterior, a saber: o cenário de uma economia extrativista, com poucos vínculos extraregionais, floresta densa e povos indígenas. Em curto espaço de tempo, a região tornou-se objeto de uma expressiva expansão agropecuária, motivada por financiamentos e isenções da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da emergência da economia da mineração – seja através dos garimpos, como foi o caso de Serra Pelada, nos anos 1980, mas especialmente através da mineração industrial desenvolvida pela companhia VALE S/A, responsável pela exploração da maior jazida de ferro a céu aberto do mundo, localizada na serra dos Carajás (HALL, 1989).

Portanto, essa região deve ser compreendida em sua extrema complexidade desde os pontos de vista histórico, social, cultural e político. Estamos em uma das pontas abertas do sistema econômico mundializado. Nessa região há um fluxo contínuo de dinheiro, particularmente com o comércio exterior e com os investimentos estatais em infraestrutura, dentro de uma realidade em que os atores sociais estão em constantes processos de ajustamento e conflito em relação ao novo cenário econômico. Dentre outros atores sociais, incluem-se as novas e antigas oligarquias locais, o capital industrial e as empreiteiras do sudeste brasileiro, os novos e antigos movimentos sociais, os militares (que têm, em Marabá, um centro operacional importante). O resultado é uma região em processo de crescimento acelerado, com fluxos migratórios massivos, com preços inflacionados, sofrendo com uma especulação fundiária violenta na cidade e no campo, a progressiva proletarização das assim chamadas comunidades tradicionais, além de todos os conflitos sociais e exclusão que acompanham essas transformações.

Por isso, novas formas de contradições sociais de todos os matizes se configuraram e seguem se reconfigurando nesse processo de desenvolvimento; a região torna-se palco de intensos conflitos fundiários, devastação ambiental, massacre de etnias indígenas, camponeses, garimpeiros, desestruturação urbana, trabalho escravo, dentre outras mazelas sociais. Dessas contradições, surgiram miríades de focos de resistência e organizações sociais que compõem, em diversas frentes, forças políticas contra as mais diversas formas de opressão.

A região, vale lembrar, foi palco da Guerrilha do Araguaia, o principal movimento de resistência armada contra a ditadura civil-militar, na década 1960. Aqui temos um centro de intensas atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), onde se conquistaram importantes assentamentos rurais, e foi nessa região, a menos de uma hora da cidade de Marabá, que aconteceu o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, fato que assinala a extrema letalidade da violência estatal e, particularmente, das forças policiais estaduais do Pará. Além disso, deve-se ressaltar que o recurso a forças paramilitares por fazendeiros, empresários e oligarcas da região é muitíssimo recorrente (o Pará concentra 38% dos assassinatos do Brasil por conflitos no campo, segundo pesquisa da Comissão Pastoral da Terra) <sup>1</sup>.

Outros importantes sujeitos sociais e políticos da região são os atingidos por barragens. Esse é o caso do município de Tucuruí, onde milhares de famílias foram deslocadas por ocasião da instalação dessa grande usina hidrelétrica. Existem projetos para instalação outra represa no Rio Tocantins, bem na área do município de Marabá. Entre os atingidos por barragens estão os índios da etnia Gavião, entre eles, os Parkatejê, os Kyikatejê e os Akrätikatejê, sendo que estes últimos já haviam sido deslocados de Tucuruí e possivelmente serão atingidos novamente caso a Usina de Marabá venha a ser construída (PNCSA, 2010).

Além dos Gavião, outras etnias indígenas se encontram na região, na área de influência da bacia do Rio Tocantins (Asuriní do Tocantins, Parakanã, Suruí, Xikrin do Cateté, Anambé, Amanayé, Tembê, Turiwara (ISA), com seus territórios continuamente ameaçados por fazendeiros, agronegócio, pela mineração e todos os contínuos danos ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento econômico aqui levado a cabo.

Enquanto zona de fronteira de expansão agrícola e de intensa atividade mineradora em plena Amazônia, aqui encontramos um dos mais importantes campos de batalha dos movimentos ambientalistas nacionais e estrangeiros, bem como a incorporação de valores e articulação política entre o ambientalismo em nível mundial e os diferentes movimentos sociais atuantes na região. O processo de desmatamento, contaminação das águas e formação de cidades sem estruturas de saneamento são consequências diretas de demandas do agronegócio e dos agentes econômicos que realizam o processamento de metais brutos aqui extraídos.

Nesse contexto, podemos ver o avanço do capitalismo mundial sobre os territórios tradicionalmente ocupados, a formação de novas identidades e transformação das antigas, a destituição de antigos potentados locais e a configuração de novas oligarquias em disputa. No encontro entre tantas séries históricas e suas contradições – que vão desde o local até o global, do “micro” ao “macro”, o curso de Ciências Sociais é fundamental por contribuir na compreensão das relações entre esses múltiplos fenômenos que, normalmente, são vistos de forma dispersa e fragmentária. Assim, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais é imprescindível para a problematização das relações

---

<sup>1</sup> Cf. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo - Brasil, 2013. Coord.: Canuto, C.R. S. L. et al. CPT Nacional, 2013

socioeconômicas culturais e ambientais que produzem desigualdades com profundos impactos nas dinâmicas locais.

Além de todos esses elementos apontados, temos um olhar atento para a história de ocupação da região Sudeste do Pará, marcada por diferentes ciclos econômicos que serviram de atrativo tanto para agricultores como para o grande capital que para cá migraram e se encontraram com povos indígenas e demais populações tradicionais aqui estabelecidos. Os diferentes ciclos de exploração de cristal de rocha, extrativismo vegetal, sobretudo o da Castanha-do-Pará (Brasil), implantação e expansão da pecuária, instalação dos Grandes Projetos na região, como hidrelétricas, mineradoras e guseiras, assim como exploração madeireira não se fizeram e não se fazem sem que haja conflitos entre os diferentes sujeitos que constroem essa região<sup>2</sup>. Esses conflitos se dão, entre outros motivos, pela diversidade de interesses e visões de mundo em disputa na construção da região.<sup>3</sup>

Neste sentido, os sujeitos e os processos de construção do que atualmente se chama o Território do Sudeste do Pará demandam diálogo com a Unifesspa para a discussão de problemas sociais, culturais, políticos e econômicos gerados a partir dessas disputas e conflitos que nele se configuram também como reflexo de um contexto mais geral em nível nacional e internacional.

Aspiramos, portanto, formar Cientistas Sociais pesquisadores e militantes atuantes na sociedade civil, diretamente na produção de conhecimento a partir da Sociologia, da Antropologia, da Ciência política e, também, na atuação militante de empoderamento junto aos sujeitos impactados na região, oferecendo a qualificação do debate político e social e as ferramentas de planejamento e de organização social.

---

<sup>2</sup> Cf. Hébette (1996) e Emmi (1999).

<sup>3</sup> Cf. Hébette (1996) e Emmi (1999).

### **3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO**

<b>Nome do Curso</b>	Bacharelado em Ciências Sociais
<b>Local de Oferta</b>	Instituto de Ciências Humanas / Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins
<b>Endereço de Funcionamento</b>	Unifesspa/Campus Universitário de Marabá/PA-ICH/Instituto de Ciências Humanas-FACSAT (Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins). Folha 31, Quadra 07, Lote Especial-S/N. Bairro: Nova Marabá- Marabá/PA-CEP 68.501-970
<b>Forma de Ingresso</b>	Processo Seletivo aprovado pelo CONSEPE
<b>Número de Vagas</b>	20 vagas
<b>Turno de Funcionamento</b>	Matutino, Vespertino e Noturno
<b>Modalidade de Oferta</b>	Presencial
<b>Título Conferido</b>	Bacharelado em Ciências Sociais
<b>Duração Mínima</b>	4 anos e meio
<b>Duração Máxima</b>	7 anos
<b>Carga Horária Total</b>	3.200
<b>Período Letivo</b>	Extensivo, nos segundo e quarto períodos, de acordo com a organização do Regulamento de Ensino de Graduação da Unifesspa (Resolução n. 002 de 08 de janeiro de 2014). Intensivo em oferta de turmas por convênio e/ou contrato.
<b>Regime Acadêmico</b>	Seriado Semestral, sendo realizado a cada período letivo, como regulamenta a Resolução n. 008 de 20/5/2014 da Unifesspa
<b>Formas de Oferta das Atividades*</b>	Paralela
<b>Ato de Criação</b>	Resolução 2.243 de 03 de abril de 1995
<b>Ato de Autorização do Curso</b>	Portaria nº 180 de 08 de maio de 2013

\* O curso poderá ofertar atividades na forma modular nas seguintes situações: quando se tratar de atividades ministradas por docentes de outras unidades ou IES.

## **4. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO**

### **4.1 Fundamentos Epistemológicos, Éticos e Didático-Pedagógicos**

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais tem como princípio geral a responsabilidade social dos profissionais de Ciências Sociais com a sociedade. Compromisso construído a partir do conhecimento, da compreensão e intervenção crítica na realidade em que irão atuar. Para tanto, é necessário que a construção deste compromisso se faça de maneira dialogada entre os sujeitos sociais e os profissionais a serem formados pelo curso. É nossa filosofia que aqui se formem profissionais aptos a atuar em diferentes realidades sociais, com domínio de métodos e técnicas de ensino e pesquisa, próprios das Ciências Sociais, assim como profissionais hábeis em interagir com profissionais de outras áreas do conhecimento, de diferentes instituições, movimentos e organizações sociais, a fim de que também possam se tornar sujeitos transformadores da realidade.

O curso de Ciências Sociais deverá trabalhar de maneira indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, despertando em seus discentes a consciência de que são corresponsáveis por sua formação, e de que a construção do conhecimento científico deve partir do conhecimento da realidade, de forma que se crie um compromisso com ela e nela se possa intervir. Para além da simples competência técnica, o curso deve formar profissionais éticos.

Para atender a esta filosofia, o Curso de Graduação de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa adotará em sua formação os seguintes princípios:

a) **Formação teórico-prática:** que possibilite ao cientista social diagnosticar, compreender e intervir de maneira responsável nos problemas sociais, junto aos grupos sociais com os quais ele trabalha;

b) **Articulação teoria-prática:** princípio norteador da atividade socioeducativa, que pressupõe a discussão de conhecimentos articulados à prática profissional propicia a reflexão da teoria em relação à realidade pesquisada, possibilitando, desta forma, um exercício constante de revisão, crítica e reconstrução do conhecimento científico;

c) **Trabalho coletivo:** princípio fundamental para o desenvolvimento de ações sociais e para a construção de relações sociais dentro de uma democracia; nutrimos, no cientista social aqui formado, a consciência de que a realidade social é fruto do trabalho coletivo, não sendo o cientista social um profissional autossuficiente;

d) **Trabalho interdisciplinar:** a articulação dos diversos tipos de conhecimento, a partir da apropriação das racionalidades que os formam, percebendo as diferentes visões de mundo existentes e as diferentes concepções de construção do conhecimento, para que se possa estabelecer diálogo que se reflita em sua prática profissional;

e) **Pesquisa como princípio socioeducativo:** o profissional a ser formado deverá compreender a pesquisa enquanto mediadora do “desencantamento, da revelação e reconstrução” do mundo social, norteadora da constituição de ações de intervenção que materializem suas práxis enquanto bacharel;

f) **Extensão como produção de novos conhecimentos:** o conhecimento da realidade em que está inserido e a relação dela com o contexto global é de fundamental importância para a atuação do cientista social, que deverá conceber a extensão como via de mão dupla para a construção do conhecimento científico, devendo ser realizada de maneira dialogada com os diferentes sujeitos nele envolvidos. O conhecimento produzido na academia deverá partir da realidade e a ela retornar, enfatizando o compromisso do cientista social com a sociedade;

g) **Relações com o mundo do trabalho como princípio educativo:** A reflexão crítica sobre a organização do mundo contemporâneo a partir do conceito de trabalho como elemento síntese da teoria-prática social que se efetiva na busca por modificações dos aspectos degradantes das condições sociais e econômicas de vida, e, a formação profissional com preocupações voltadas para que os profissionais liberais de Ciências Sociais atuem criticamente em suas atividades na perspectiva de obtenção de uma vida melhor para as pessoas em sociedade.

## 4.2 Objetivos

O objetivo do curso de Bacharelado em Ciências Sociais/ICH/Unifesspa é formar pesquisadores, considerando os princípios norteadores na relação entre teoria e prática, com comprometimento ético e político à luz dos valores fundamentais – já afirmados anteriormente – da defesa da dignidade humana, da igualdade social, dos direitos humanos como um todo, do respeito às diferenças culturais e de gênero, da valorização das culturas tradicionais, do bem-estar das populações locais e do empoderamento de todos os atores sociais oprimidos e marginalizados no processo de desenvolvimento econômico da região. O Bacharel que desejamos formar está conectado aos movimentos sociais, ao terceiro setor, às redes internacionais de *advocacy*, a sindicatos e outras organizações sociais e políticas, às comunidades indígenas da região, às instâncias de decisão do poder público, a todas as formas de associação humana para as quais seu trabalho contribuirá visando a promoção de justiça social e dos direitos humanos. Em vista disso, aspiramos formar cientistas sociais pesquisadores e militantes, atuantes na sociedade civil, seja diretamente na produção de conhecimento, a partir da Sociologia, da Antropologia, da Ciência política, seja também na atuação militante junto aos diversos sujeitos sociais, oferecendo a qualificação do debate político e social, as ferramentas de planejamento e organização social.

## 4.3 Perfil do Egresso

O perfil do Bacharel em Ciências Sociais formado pela FACSAT orienta-se segundo os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, publicados em 2010 pela Secretaria de Educação Superior do MEC. A saber:

O Bacharel em Ciências Sociais atua na compreensão do funcionamento dos sistemas sociais [dos conflitos sociais, das relações de poder e dominação, das redes de atores sociais, das realidades

culturais e políticas – acréscimo nosso], estabelecendo relações entre seus agentes e a dinâmica das transformações políticas e sociais. Em sua atividade, articula a teoria social, a pesquisa e a prática profissional para a compreensão de questões relevantes do contexto social, político e cultural, podendo subsidiar a formulação e execução, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e programas de órgãos governamentais. Coordena e supervisiona equipes de trabalho, elabora pareceres, projetos e laudos sobre assuntos sociais e culturais. Em sua atuação, considera as Ciências Sociais como prática que compõe a identidade nacional” (MEC/SESU, 2010).

Ainda segundo o documento,

O Bacharel em Ciências Sociais pode atuar como pesquisador em Instituições de Ensino Superior; em órgãos públicos e organismos internacionais na elaboração de políticas e programas sociais; em movimentos e organizações sociais; em empresas e institutos de pesquisa. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultorias (MEC/SESU, 2010).

Apenas a carreira de Sociólogo (que junto com a Antropologia e a Ciência Política compõem as Ciências Sociais brasileiras) está regulamentada. Porém, para o fim de definição do perfil profissional das Ciências Sociais, podemos estender aos três ramos tradicionais das Ciências Sociais brasileiras as atribuições estatuídas ao profissional Sociólogo, segundo a Lei 6.888 de 10 de dezembro de 1980, e, o Decreto nº 89.531 de 05 de abril de 1984, que procurou regulamentar a referida profissão.

O profissional formado no Bacharelado em Ciências Sociais deve, portanto, saber “elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social” (Decreto nº 89.531/1984, Artigo 2º, Inciso I). Deve ter as condições necessárias para “assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, [organizações sociais e políticas, bem como movimentos sociais, – acréscimo nosso] relativamente à realidade social” (Decreto nº 89.531/1984, Art. 2º, Inciso III). O bacharel deve, também, ter a formação necessária para “participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social” (Decreto nº 89.531/1984, Art. 2º, Inciso IV).

#### **4.4 Competências e Habilidades**

O desenho curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais deverá proporcionar aos discentes um conjunto de atividades e experiências acadêmicas, que assegurem a formação das seguintes competências e habilidades:

- Conhecer e dominar procedimentos teórico-metodológicos referentes aos três (03) campos das Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia, e serão acompanhados de disciplinas de outras áreas do saber.
- Compreender as diferentes realidades sociais e nelas atuar de maneira comprometida a partir dos enfoques sociológicos, antropológicos, políticos e econômicos de maneira crítica.
- Estabelecer diálogo interdisciplinar entre as Ciências Sociais e as demais áreas do



conhecimento humano.

- Compromisso com a ética profissional e ideal de justiça e igualdade social, bem como os valores referentes aos direitos humanos fundamentais como norteadores de sua atuação.

- Produzir novas análises e conhecimentos sobre as realidades em que atua, considerando que a educação é resultado de processos formais e informais, estes últimos com o mesmo potencial formativo que o primeiro.

- Contribuir para a construção de instrumentos que visem melhorias na qualidade de métodos e técnicas pedagógicas, mas também de vida da população das realidades em que intervém.

- Ter capacidade de intervenção que contribua para a transformação da realidade, possibilitando a construção de uma sociedade justa e igualitária, com educação de qualidade para todos.

- Familiaridade com a prática da docência e da pesquisa científica junto aos atores e agentes sociais participantes do processo de construção do conhecimento;

- Conhecer e dominar o processo de pesquisas científicas diagnosticando problemas e propondo soluções para eles. Conhecer e aplicar tecnologias às atividades de pesquisa nas Ciências Sociais.

- Articular teoria e prática nos diferentes níveis do trabalho social.

- Identificar problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino.

- Conhecer, criar e utilizar diversas estratégias de pesquisa sabendo adequá-las aos objetivos propostos.

- Atuar em diferentes realidades na esfera do estado, terceiro setor, movimentos sociais.

As competências que aspiramos desenvolver nos discentes são aquelas presentes na seção específica sobre o Bacharelado em Ciências Sociais dos Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura, da Secretaria de Educação Superior do MEC, instituídos no Parecer CNE/CES nº 492/2001, a saber:

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica

Competência 2: Autonomia intelectual

Competência 3: Capacidade analítica

Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social

Competência 5: Compromisso social

Competência 6: Competência na utilização da informática

#### **4.5 Procedimentos metodológicos**

A formação de cientistas sociais com competência crítica e reflexiva exige planejamento da formação acadêmica, onde sejam desenvolvidas atividades que promovam no discente uma postura interdisciplinar e autônoma como agente proativo no processo formativo. Isso implicará o desenvolvimento de projetos e soluções de problemas vivenciados pelos discente a partir de princípios formativos com a articulação entre pesquisa, ensino e extensão. Assim, ao longo do curso se desenvolverá como metodologia aulas expositivas dialogadas, seminários e trabalhos em grupos, oficinas, cursos e minicursos, trabalho de campo, palestras, grupo de estudos, reuniões científico-pedagógicas, visitas científicas, seminários de integração e conclusão do curso, diálogos de pesquisa, laboratórios de pesquisa e extensão, viagem de campo, culminando com a apresentação pública do trabalho de conclusão de curso. Ressalta-se, ainda, práticas com métodos informacionais e tecnológicos.

No seu conjunto essas atividades ocorrerão tanto nos espaços da Unifesspa como fora dela, em escolas formais e informais, espaços formativos, comunidades, assentamentos rurais, sindicatos, partidos políticos, instituições públicas, associações, cooperativas, territórios indígenas, de comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

### **5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO**

#### **5.1 Estrutura do curso**

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação instituídas pelo Conselho Nacional de Educação e detalhadas no Parecer nº 492/2001, o currículo do Bacharelado em Ciências Sociais da FACSAT é organizado em três eixos:

- A) Eixo de Formação Específica: neste eixo estão as disciplinas que conferem a identidade própria do cientista social, contendo os conhecimentos aprofundados das três dimensões do curso: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política.
- B) Eixo de Formação Complementar: neste eixo se concentram as disciplinas que contemplam um objeto mais especializado das Ciências Sociais e aquelas que “fazem interface com aqueles conjuntos advindos de outros cursos de Instituição de Ensino Superior” (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).
- C) Eixo de Formação Livre: “atividades acadêmicas de livre escolha do discente no contexto da Instituição de Ensino Superior” (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).

O novo desenho curricular do Bacharelado em Ciências Sociais, com a divisão entre esses três Eixos de Formação, oferece maior flexibilidade para contemplar os diferentes interesses de pesquisa e expectativas intelectuais dos discentes, à medida que se concentram os esforços em um conjunto de disciplinas fundamentais obrigatórias, comuns a todos/as, e permite-se a abertura institucional aos

discentes em seus processos individuais de formação intelectual; logo, contemplam-se seus interesses mais específicos com as disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre.

Para o Eixo de Formação Específica (A), são destinadas 1360 horas de ensino em disciplinas obrigatórias. Aqui se encontram as disciplinas teóricas essenciais das Ciências Sociais, as disciplinas de método e de formação científica.

Para o Eixo de Formação Complementar (B), são destinadas 816 horas de ensino em disciplinas obrigatórias. Aqui estão as disciplinas que, como dito, “fazem interface” e/ou contemplam um objeto mais específico das Ciências Sociais: é o caso das disciplinas de *Economia Política e Formação social, econômica e política da Amazônia, do Brasil e do Mundo*. Nessa sessão está também a disciplina por meio da qual proporcionamos aos discentes oportunidade para adquirirem ferramentas de compreensão básica e de redação científica – a disciplina *Leitura e Produção Textual nas Ciências Sociais* (cf. item sobre essa disciplina) –, com o intuito de suprimir eventuais deficiências na formação do ensino básico e permitir a apreensão sistêmica de conteúdos e a construção de conhecimentos para além do mero amontoado de conteúdos pedagógicos.

No Eixo de Formação Complementar encontram-se, também, as atividades do Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais, onde – veremos mais à frente, no item *Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais/LAPEX* – se conjugam tanto a relação entre teoria e prática, quanto a relação entre ensino-pesquisa-extensão. Nesse eixo desenvolveremos componentes curriculares voltados ao debate dos direitos humanos e ambientais e ao debate das relações étnico-raciais a exemplo das disciplinas de acordo com a Lei 10.639/2003 que obriga o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

E para o Eixo de Formação Livre (C) são destinadas 272 horas em disciplinas *optativas* no âmbito maior do Instituto de Ciências Humanas e de toda a Unifesspa. Nossa expectativa é – na medida em que sejamos beneficiados com a rápida expansão das estruturas físicas da Unifesspa e assim dispormos de mais salas de aula – a de oferecer pelo menos 04 disciplinas optativas por semestre, ademais das ofertadas por outras Faculdades do ICH.

Para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso são destinadas 612 horas. (Cf. item à frente sobre os TCCs). E finalmente, a carga horaria de atividades complementares é de 140 horas.

O Bacharelado em Ciências Sociais tem duração total de 3.200h, com limite mínimo para integralização de 04 anos e seis meses (54 meses), em conformidade com a Resolução nº 2 de 18 de junho de 2007, e limite máximo de 07 anos, sob pena de prescrição da vaga do discente.

Como afirmamos anteriormente, no item sobre o perfil do egresso, os direitos humanos são norteadores éticos e políticos de nossa atuação docente. Nesse sentido, como valor imanente às nossas atividades pedagógicas a Educação para os direitos humanos está contemplada em todos os

componentes curriculares de forma transversal como indica os artigos 6 e 7 da Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012, além disso é um tema desenvolvido nas linhas de pesquisa e na política de extensão da Facsat. Em relação à Educação Ambiental será trabalhado de forma direta a partir de componentes curriculares que tem como tema central o debate de questões ambientais na Amazônia, assim como de forma transversal no decorrer de componentes curriculares que trabalham os temas históricos e teóricos como prevê a Resolução CNE/MEC nº 02 de 15 de junho de 2012.

Na medida em que se integrarem novos docentes ao quadro, e que os atuais docentes avancem em suas próprias pesquisas e seus interesses intelectuais se deslocem, novas disciplinas podem ser agregadas e outras suprimidas do atual desenho curricular. O processo de formação dos docentes é igualmente contínuo, não se esgota no momento da posse como docente efetivo, e é do interesse desta Faculdade apresentar aos discentes o que esteja mais próximo do estado da arte em suas áreas de pesquisa.

## **5.2 Trabalhos de Conclusão de Curso**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) representa a linha de chegada desse processo contínuo de avaliação e de estímulo à pesquisa. Cumpridas todas as condições necessárias para tal nos três primeiros anos de formação, a experiência de fabricação de um TCC é um dos momentos mais profícuos da formação discente.

Compreendemos que o TCC é parte indispensável na formação dos Cientistas Sociais, imprescindível para a formação dos discentes como pesquisadores, mas também no sentido de *uma retribuição que o discente deve oferecer à sociedade, no contexto de uma universidade pública*, para contribuir no avanço dos estudos científicos da região Amazônica.

A redação do TCC é um elemento integrado às atividades de ensino e pesquisa, e é regido pela Resolução da FACSAT nº 01 de 8 de junho de 2016 (cf. Anexo 12), que estabelece as normas que regem os TCCs. Visamos, com essa norma, realizar o princípio de integração entre ensino e pesquisa, entre as atividades de ensino regulares do Bacharelado em Ciências Sociais e as atividades de pesquisa discentes.

Os discentes, como visto na seção que versa sobre a estrutura curricular, disporão de 612 horas para elaboração do material, encontrando-se regularmente com seu orientador, aprofundando seus conhecimentos na literatura sobre o tema, coletando mais materiais para redigir os textos finais. Nosso entendimento é o de que, para garantir a qualidade da produção científica dos futuros cientistas sociais, assim como para que a experiência de pesquisa seja plena, o discente necessita se dedicar exclusivamente ao TCC, para que possa construir seu objeto, enfrentar as adversidades que surgem naturalmente em todas as etapas da pesquisa, desde a pesquisa de campo, a análise dos dados, a organização lógica dos argumentos até a escrita do texto. O tempo dedicado, pelo discente, às atividades de pesquisa estão contemplados pelo artigo 61 do Regulamento de Graduação da Unifesspa, onde se lê: “Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação poderão prever um período letivo para que os discentes desenvolvam, exclusivamente, atividades de pesquisa e/ou extensão, como estratégias

de formação”. A elaboração e defesa do TCC não se configuram, portanto, como disciplinas *stricto sensu*, não obstante serem parte indispensável de sua formação acadêmica.

Para os docentes-orientadores, as 612 horas possibilitam acompanhar todas as mudanças acerca do objeto, do material empírico, de enfoques teóricos e metodológicos, que naturalmente ocorrem no processo de pesquisa, dando-lhes maior flexibilidade no processo de orientação. Além disso, o graduando será acompanhado pelos docentes da FACSAT nas disciplinas de Diálogos de Pesquisa I e II.

Segundo a Resolução que rege os TCCs o/a discente/a dispõe das seguintes opções para sua elaboração:

- I. Monografia de Pesquisa de Campo, compreendendo-se como trabalho acadêmico realizado a partir da pesquisa de dados primários;
- II. Pesquisa Bibliográfica, compreendendo-se como tal trabalho acadêmico realizado a partir de pesquisa de dados secundários;
- III. Aprofundamento de pesquisas realizadas no Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais da FACSAT, agregando expedições adicionais a campo sob inteira responsabilidade do discente, e pesquisa bibliográfica ampliada sobre o tema;
- IV. Documentário Audiovisual, realizado a partir de pesquisa de campo, com equipamentos próprios ou concedidos por outras instituições de fomento à pesquisa. O Documentário Audiovisual deverá ser apresentado pelo discente em texto, indicando resultados de atividade de pesquisa de campo e bibliográfico que justifiquem a produção do material em modelo de monografia.
- V. Artigo científico em coautoria com o orientador (a) publicado em periódico da área.

De acordo com o item IV, buscaremos também proporcionar ao discente a opção de integrar a produção audiovisual ao conhecimento nas Ciências Sociais, na medida em que as novas tecnologias e a acessibilidade destes meios de produção artística impõem-nos novas formas de pensar o fazer científico. Além disso, as questões levantadas no TCC na forma de produção audiovisual poderão, através da divulgação para além dos muros da universidade, alcançar o restante da sociedade e ter impacto maximizado.

### **5.2.1 Procedimentos da Banca Examinadora**

O TCC é avaliado em procedimento de defesa pública nos Seminários de Conclusão de Curso (cujos princípios político-pedagógicos explicitaremos no próximo item), em que o discente concluinte deverá fazer uma breve exposição de seu trabalho, responder às arguições dos examinadores convidados e submeter seu trabalho à avaliação dessa banca examinadora.

A defesa pública é um momento importante não apenas para o discente que está concluindo seu curso, senão também para toda a comunidade acadêmica da FACSAT, com alto valor pedagógico na formação de pesquisadores capacitados para o trabalho crítico e analítico.

Os examinadores deverão preencher uma ficha de avaliação com 10 itens discriminados. Busca-se, através desse mecanismo, que o discente possa ter um autoconhecimento acurado e preciso sobre seus pontos fortes e seus pontos fracos. Os critérios da ficha de avaliação são elementos importantes, já que o processo de construção do conhecimento do cientista social não se encerra com a defesa do TCC e a colação de grau. Mas também é importante como recurso pedagógico destinado ao alunado que acompanhará, como espectadores, essas defesas públicas nos Seminários de Conclusão de Curso.

Além disso, em vista de promover uma prática científica pautada pela ética na pesquisa, alguns mecanismos merecem destaque, como a reprovação imediata nos casos de plágio, e a jurisdição do Conselho da Faculdade sobre os demais problemas éticos. Isso se faz necessário na medida em que, até a data de instituição deste Projeto Pedagógico, o Comitê de Ética da Unifesspa não se encontra instalado.

Outra razão é a concretização de um princípio básico da produção acadêmica, que é o da *cumulatividade do trabalho científico*. Para não cairmos no erro de “inventarmos a roda” a cada vez que iniciamos a orientação de um discente, a publicização compulsória dos TCCs (e os avanços de pesquisa que representam) faz com que se facilite o avanço das futuras pesquisas para além da produção discente anterior, na medida em que os achados desses discentes-pesquisadores podem ser incorporados por todos os outros pesquisadores, sejam estes docentes ou discentes. Disponibilizaremos os TCCs no *site* do FACSAT.

Ainda, outra razão é a concretização do princípio, já evocado neste Projeto Pedagógico, de integração entre ensino e pesquisa. *A divulgação ampla dos resultados das pesquisas discentes*, comunicadas publicamente nas defesas públicas que ocorrem nos Seminários de Conclusão de Curso, *são consideradas por nós atividades excelentes de aprendizagem*, na medida em que os conteúdos pedagógicos trabalhados em sala encontram ali, nas pesquisas efetivas, sua manifestação prática.

Por fim, os Seminários contribuem decisivamente na construção do *autoconhecimento da comunidade FACSAT*, onde podem ser verificados os resultados de todo o trabalho de ensino em sala de aula e, de modo amplo, de toda nossa política de pesquisa, oferecendo a todos – docentes, discentes e técnicos acadêmicos e administrativos – subsídios para esse exercício de autocrítica e consequente aperfeiçoamento de nosso trabalho.

### **5.3 Estágio Supervisionado**

O Bacharelado em Ciências Sociais não possui, por enquanto, Estágio Curricular Obrigatório, tal como previsto pelo Parecer nº 224 de 04 de agosto de 2004 do CNE/MEC. Nossa intenção, em médio prazo, é estruturar uma política de estágio consistente com oportunidades continuamente abertas para todos os discentes interessados em cultivar uma experiência laboral em instituições como o Ministério Público Federal, a FUNAI, o ICMBio, Casa da Cultura de Marabá; Instituto Nacional Colonização e

Reforma Agrária (INCRA); os poderes executivo e legislativo municipais, além de entidades do terceiro setor e movimentos sociais.

No mais, as atividades práticas estão organizadas tanto no recurso já tradicional, entre os docentes da FACSAT, ao trabalho de campo nas atividades de ensino, quanto nas atividades do Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais. Os estágios extracurriculares dispõem de docente responsável pela supervisão, com todas as atribuições deste cargo.

#### **5.4 Atividades Complementares**

As atividades complementares são aquelas que ultrapassam a estrutura básica das disciplinas contempladas no perfil de formação, mas são relevantes para a formação profissional. A experiência extracurricular é essencial para que a formação do discente se amplie de forma interdisciplinar. No Anexo 13 listamos as atividades que serão contabilizadas como atividades complementares, totalizando uma carga horária de 140 horas. Os casos não contemplados nessa lista serão deliberados nas reuniões do Conselho da Faculdade. Os documentos que certifiquem a participação nas atividades complementares devem ser disponibilizados pelo discente, à secretaria da Faculdade para que seja arquivado.

A Facsat estimula prioritariamente que o discente busque atividades fora de sala de aula e externos à universidade. Porém, o discente que tenha dificuldades para fazê-lo poderá preencher sua carga horária de atividades complementares dentro da sala de aula, através de *matrícula, frequência e avaliação em disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre para além das quatro disciplinas optativas já previstas no desenho curricular*. A carga horária dessas disciplinas extras, frequentadas pelo discente e avaliadas pelos docentes, será devidamente contabilizada como atividade complementar.

#### **5.5 Política de pesquisa**

Esforçamo-nos ao máximo para que o papel do docente-pesquisador não se dissocie de seu papel como educador em sala de aula. As atividades contínuas de pesquisa do quadro docente, estimulada por todos os ângulos possíveis, beneficia não apenas seus próprios currículos, senão também que atinge diretamente a profundidade dos conhecimentos trabalhados com os discentes, permitindo-nos transmitir nossa ambição de excelência aos cientistas sociais em formação nas salas de aula.

O estímulo à produção científica está presente em todas as disciplinas do Bacharelado em Ciências Sociais. Trata-se de um objetivo comum compartilhado por todos os docentes da FACSAT no processo ensino-aprendizagem. Nessa subseção, demonstramos alguns componentes curriculares especialmente voltados para a formação de pesquisadores em Ciências Sociais e que integram nossa política de pesquisa.

##### **5.5.1 Leitura e produção textual**

Nossa principal ferramenta de trabalho é a linguagem e a lógica. Nesse sentido, a disciplina “Leitura e produção textual em Ciências Sociais” – junto às iniciativas de outras subunidades do Instituto

de Ciências Humanas, como o Programa de Educação Tutorial – busca capacitar os discentes para uma compreensão mais plena dos conteúdos pedagógicos e assim suprimir eventuais déficits de aprendizagem resultantes do ensino básico de nossa região.

Essas carências de nossa região refletem um problema nacional, sem dúvida. Isso não obstrui nossa postura ativa para enfrentá-lo. Nesse sentido, são muitos os desafios que os docentes da FACSAT devem estar dispostos a enfrentar, mantendo-se abertos para incorporar novas técnicas e métodos pedagógicos que possibilitem os melhores resultados possíveis no processo didático. Ademais, em outro curso que ofertamos em nossa Faculdade, a Licenciatura em Ciências Sociais (cf. PPC próprio da Licenciatura da FACSAT), junto às instâncias da administração superior, buscamos sempre aprofundar os contatos e fazer valer os convênios acordados entre a universidade e as redes públicas de ensino básico.

Essa disciplina, vale ressaltar, tem como objetivo primordial não simplesmente a introdução à terminologia acionada pelos Cientistas Sociais e às regras de redação científica, senão também a aquisição, por parte do discente, de ferramentas analíticas que permitam uma compreensão plena dos textos trabalhados, através de um aproveitamento cada vez maior dos conteúdos e uma apreensão crítica das ideias. Cada novo conhecimento adquirido deve se relacionar com o conjunto de temas que já foram incorporados pelos discentes no processo de aprendizagem.

### **5.5.2 Métodos e Técnicas de Pesquisa**

Na dimensão da *formação dos discentes-pesquisadores* nos primeiros anos, temos um conjunto de disciplinas pensadas para que possamos oferecer aos discentes os instrumentos adequados para sua iniciação no trabalho de produção científica. Para a finalidade específica de promover a iniciação científica, lançamos mão de sete disciplinas: as disciplinas de *Leitura e produção textual em Ciências Sociais*, *Métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais* (I, II, III e IV), os *Laboratórios de pesquisa e extensão em Ciências Sociais* (I e II).

Na dimensão da *produção científica própria de nossos discentes*, a partir da segunda metade do curso, a FACSAT dispõe de uma série de mecanismos institucionais metodológicos para que o discente-pesquisador não fique sem orientação e uma estrutura que o integre à produção científica no âmbito da Faculdade. Entre esses mecanismos – como veremos mais à frente –, destacamos a estrutura de *Linhas de pesquisa*, os *Diálogos de pesquisa* e os *Seminários de Conclusão de Curso*, que promovemos nos últimos meses do ano letivo. Esse procedimento metodológico possibilita durante o percurso formativo do discente acompanhar suas experiências de pesquisa, incentivando-o para desenvolver suas atividades em uma pluralidade de espaços acadêmicos a exemplo da inserção em grupos de pesquisa, grupos de estudo, eventos científicos, programas de monitoria e projetos de extensão.

Oferecemos aos discentes do Bacharelado em Ciências Sociais quatro componentes curriculares especialmente voltados para o domínio dos métodos científicos em nossa área e para o cultivo de técnicas específicas de pesquisa. Dividimos as quatro disciplinas que abrangem métodos e técnicas qualitativas, por um lado, e quantitativas, por outro (cf. ementário em Anexo).



Quanto à pesquisa qualitativa, contemplada nas disciplinas I e III de Métodos e técnicas de pesquisa, nosso objetivo é o de que o discente se familiarize com as técnicas mais usuais em nossa área, como a observação participante e a etnografia, a pesquisa documental e a biográfica, grupos focais, entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Já no que diz respeito à pesquisa quantitativa, contemplada nas disciplinas II e IV, nosso objetivo é o de oferecer instrumentos essenciais tanto para uma estatística descritiva quanto para a análise de dados estatísticos.

As discussões de método acompanham passo a passo as disciplinas estritamente teóricas (Teorias sociológica, antropológica e política I, II, III e IV). Teorias e métodos formam um conjunto inseparável. Nossa concepção é, nesse sentido, distinta da tradição positivista estadunidense. Nas disciplinas de método e técnicas de pesquisa (I, II, III e IV), nossa preocupação é a de oferecer aos discentes os instrumentos necessários para suas práticas de pesquisa, para formularem problematizações dos fenômenos sociais dentro de um enquadramento teórico consistente, e assim também poderem organizar a coleta de materiais empíricos do modo mais adequado a essas problematizações.

### **5.5.3 Seminários de Integração**

Nos primeiros meses de cada ano letivo, a direção e os docentes da FACSAT promovem os Seminários de Integração da FACSAT, onde iniciamos oficialmente nossos trabalhos. Neste momento, os docentes da Faculdade apresentam aos discentes a estrutura do Bacharelado e os caminhos através dos quais pensamos sua formação como cientistas sociais profissionais. É nesse seminário que os docentes se apresentam aos calouros, divulgando suas trajetórias intelectuais e as linhas de pesquisa em que atuam (cf. item “Linhas de pesquisa”).

Os Seminários de Integração são destinados também aos discentes mais antigos, na medida em que as mudanças em nossa atuação pedagógica – seja na forma de alteração de nosso Projeto Pedagógico, seja na forma de Resoluções normativas deliberadas no Conselho da FACSAT, onde estão representadas as três categorias de nosso microcosmo acadêmico (docentes, discentes e técnicos acadêmicos e administrativos) – são, nesse momento, compartilhadas e esclarecidas com todos os discentes.

Nos Seminários de Integração, todas as concepções que norteiam nosso trabalho docente são apresentados. É neste momento também que compartilhamos com os discentes o planejamento didático do Bacharelado e os caminhos que abrimos para a formação do discente-pesquisador e sua produção científica. Trata-se de um canal de comunicação suplementar entre discentes, docentes e técnicos. Junto aos Seminários de Conclusão de Curso (que veremos mais à frente em item dedicado a isso), os Seminários de Integração são um momento importante no processo de autoconhecimento da FACSAT.

Pensamos tal evento especialmente como um processo ativo de *formação de uma cultura acadêmica e organizacional* que aumente nossa produtividade e efetividade na formação de cientistas sociais com todas as competências necessárias para realizarem suas missões profissionais.

Além disso, prevemos, ao final do evento, a realização de *uma aula inaugural* com docentes externos, convidados pela Faculdade, trazendo à comunidade acadêmica da Unifesspa os debates mais atuais em nossa área de conhecimento.

#### **5.5.4 Seminários de Conclusão de Curso**

Realizaremos, no último mês dos semestres letivos, os Seminários de Conclusão de Curso da FACSAT, que se constituem em encontros abertos à toda comunidade acadêmica da Unifesspa, cuja participação é obrigatória aos discentes envolvidos na tarefa de elaboração do TCC, onde aqueles que concluíram seu trabalho farão – *no âmbito desses Seminários, apenas* – a sustentação pública perante bancas examinadoras designadas e aprovadas pelo Conselho da FACSAT. Em outras palavras, salvo casos excepcionais decididos neste Conselho, todas as defesas públicas acontecerão no momento dos Seminários de Conclusão de Curso.

Na semana do Seminário de Conclusão de Curso, as atividades didáticas em sala de aula são suspensas e os discentes de todas as turmas são estimulados a assistir as defesas de seus colegas graduandos e as arguições dos docentes nas bancas examinadoras. Para isso, *a frequência nos Seminários contará também como carga horária válida para contabilidade das Atividades Complementares dos discentes-ouvintes.*

Esse é um evento que envolve toda a comunidade – docentes, discentes e técnicos administrativos – e é importantíssimo pelas seguintes razões. A primeira é a de fazer com que os discentes mais novos na instituição se familiarizem desde cedo com a defesa pública, tanto no que diz respeito aos procedimentos desse ritual acadêmico, quanto no que se refere aos diálogos críticos no processo de argumentação e contra argumentação. Algo importante para que os discentes não se intimidem com um procedimento que apenas lhes assusta porque é pouco conhecido.

#### **5.5.5 Diálogos de Pesquisa**

A experiência acumulada ao longo dos anos nos permitiu formular estratégias especificamente destinadas para um problema comum, que é o de nos mantermos próximos aos discentes para que não se afastem do universo acadêmico durante suas pesquisas para conclusão de curso. Uma de nossas iniciativas nessa direção é a instituição de Diálogos de pesquisa – na forma de disciplinas integradas à estrutura curricular do Bacharelado – que permitem-nos acompanhar o discente desde suas primeiras inspirações até a redação final do trabalho definitivo.

As disciplinas de diálogos de pesquisa I e II são vinculadas à elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso, sendo que a aprovação do discente nessa disciplina está inextricavelmente vinculada à efetiva conclusão do texto e defesa pública de seu trabalho. Caso não se concretize a escritura, bem como a sustentação pública do TCC nos nossos Seminários de Conclusão de Curso (cujos objetivos detalharemos no próximo item deste PPC), há a reprovação imediata do discente nessa disciplina. O objetivo desta medida é manter o discente integrado às atividades didáticas do Bacharelado no caso de Trabalhos de Conclusão reprovados ou não concluídos. Em outras palavras, pretendemos

fazer que o discente não se afaste da instituição de ensino e do acompanhamento corpo-a-corpo dos docentes da faculdade.

Os Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais se dividem em duas etapas: i) a disciplina Diálogos I tem como objetivo e elemento central de avaliação a produção de um Projeto de pesquisa com objetivos claros, justificativa da importância desse trabalho, revisão bibliográfica inicial suficiente para construção das hipóteses de trabalho, um planejamento viável para a coleta de dados de análise e um calendário de trabalho preciso.

Nosso intuito é transformar as primeiras ideias acerca dos interesses dos discentes em um planejamento consciente de trabalho, indicando o/a orientador/a mais adequado/a à consecução dos objetivos traçados, bem como transformar suas ideias mais vagas de pesquisa em algo instigante, porque factível.

Além do Projeto de pesquisa como elemento central de avaliação, prevemos a apresentação, na última metade do curso, da revisão bibliográfica inicial realizada pelos discentes, com vistas à ampliação do leque de leituras que contribuirão no desenvolvimento efetivo da pesquisa.

A disciplina Diálogos II tem como objetivo e elemento central de avaliação o texto definitivo de seu Trabalho de Conclusão de Curso avaliado pelo orientador do trabalho.

Nessa disciplina, os discentes compartilharão suas experiências no desenvolvimento de seu trabalho, os achados de pesquisa e as dificuldades encontradas, em uma atividade coletiva que permita a abertura de seu trabalho individual às perspectivas e sugestões de seus colegas e dos docentes responsáveis. Ao longo da disciplina, os discentes empenhados na feitura de seus TCCs apresentarão seus avanços de pesquisa, compartilhando com os colegas seus desdobramentos.

Além disso, na última metade dessa disciplina, prevemos a realização de uma série de seminários de pesquisa-apresentações dos trabalhos mais adiantados, com foco especial na sustentação oral da defesa pública, estimulando as críticas e as sugestões dos colegas e docentes. Para isso, além do docente encarregado pela mediação dos diálogos, teremos a participação ativa dos orientadores assinalados e escolhidos pelos discentes para orientação. Com essa atividade, o discente que defenderá publicamente seu TCC se fortalece com as diferentes perspectivas que lhes são apresentadas e assim se prepara para o momento derradeiro da defesa, mas também esta é uma atividade em que aqueles colegas que não estiverem simulando sua própria sustentação pública exercitam-se igualmente para o bom combate do diálogo crítico na forma de argumentos e contra-argumentos.

Ressaltamos mais uma vez que a aprovação na disciplina Diálogos de pesquisa é vinculada à escritura e defesa pública bem-sucedida do TCC. Isso é importante para que mantenhamos motivados e capacitemos adequadamente aqueles que não concluíram seu trabalho passado o tempo das aulas regulares.

No que se refere à pesquisa de campo, a meta de longo prazo do Bacharelado em Ciências Sociais coincide com o expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional de toda a UNIFESSPA, a

saber: “alcançar a excelência na atividade de pesquisa, com reconhecimento externo e liderança nas áreas de atuação dos diversos grupos da Instituição” (UNIFESSPA, PDI Pró-Tempore 2014-2016, p. 93). É nessa busca de excelência que formulamos nossa política de pesquisa.

#### **5.5.6 Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais (LAPEX)**

Na medida em que os discentes se familiarizam com as teorias sociológicas, antropológicas e políticas ao mesmo tempo que as disciplinas de métodos e técnicas transformam as teorias em instrumentos de problematização científica da realidade social, criam-se as condições para a iniciação dos discentes em práticas de pesquisa efetivas, sob os cuidados de nossos docentes-pesquisadores. Para isso, elaboramos o projeto Laboratório de Pesquisa e Extensão (LAPEX), através do qual correamos a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Com o LAPEX, os conhecimentos adquiridos anteriormente pelos discentes se condensam em uma prática efetiva de pesquisa e extensão, de modo que o trabalho do docente em sala de aula se estabelece em uma relação sinérgica com seu próprio trabalho como pesquisador. Para os discentes-pesquisadores, há o benefício óbvio da aquisição de uma experiência prática de atuação em pesquisa; já para os docentes-pesquisadores, há o benefício de recoleção de material empírico útil para suas próprias pesquisas e capacitação dos discentes para sua ulterior integração nas linhas de pesquisa em que os docentes atuam.

Através dessas atividades conjuntas – tanto dos discentes entre si, quanto na relação entre discentes-pesquisadores e docentes-pesquisadores –, queremos *preparar os futuros profissionais das Ciências Sociais para o trabalho em equipe e, eventualmente, dependendo da evolução do programa, para o trabalho interdisciplinar*, ao lado de cientistas de outras formações acadêmicas.

O LAPEX é um programa permanente de ensino, pesquisa e extensão do Bacharelado em Ciências Sociais, uma concepção de longo prazo de formação de conhecimento conjuntamente entre discentes e docentes da FACSAT. Trata-se, certamente, de um componente previsto na estrutura curricular na forma de duas disciplinas de 68 horas (LAPEX I e II), mas seu escopo é maior do que isso. Por ser – repetimos – um programa permanente de ensino, pesquisa e extensão, cada ciclo de atividades representa um novo conjunto de elementos empíricos somados e acumulados para a formação de *um banco de dados de pesquisa* permanente e aberto para toda a comunidade acadêmica.

Portanto, o LAPEX deve ser compreendido em todas suas dimensões. Em sua dimensão disciplinar, na qualidade de componente curricular obrigatório, o LAPEX insere-se como elemento eminentemente prático do processo de acumulação de conhecimento dos discentes-pesquisadores nas disciplinas teóricas e metodológicas. Em sua dimensão mais propriamente institucional, o LAPEX faz com que a política de pesquisa da Faculdade não se reduza à soma de pesquisas individuais de seus docentes e discentes, senão que *a FACSAT mesma, enquanto instituição universitária, se torna geradora permanente de conhecimentos sobre a região*.

### **5.5.7 Trabalho de Campo**

As viagens a campo fazem parte das atividades curriculares, momento em que o docente planeja um cronograma com ações que visam pesquisas de campo sobre temas desenvolvidos em sala de aula. A atividade de pesquisa de campo está prevista em todos os componentes curriculares com carga horária prática. Essa atividade inclui viagem de campo com objetivo de promover experiência etnográfica/ observação participante e uso de técnicas de pesquisa documental, entrevistas, grupo focal e história oral, registro fotográfico. As atividades de pesquisa de campo são programadas nas reuniões de planejamento da FACSAT a cada início de semestre para que a Faculdade possa fazer previamente o orçamento de viagem. Além disso, a participação dos discentes em eventos científicos – Simpósios, Seminários, Congressos (cf. sessão sobre Atividades Complementares) – é considerada Atividade Complementar e por isso contam para o fim de preenchimento de Carga Horária discente.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso são, nesse sentido, a coroação de um processo amplo e multifacetado de formação de cientistas profissionais com sólida formação intelectual, espírito crítico e com a disposição para a promoção de justiça social e dos direitos humanos.

### **5.5.8 Linhas de Pesquisa**

Enfatizamos desde o início, nos Seminários de Abertura, as diferentes linhas de pesquisa existentes de acordo com os itinerários intelectuais de nosso corpo docente. A pesquisa discente seguirá necessariamente essas linhas de pesquisa. Esse é um elemento importante para assegurar a qualidade dos trabalhos de pesquisa dos discentes, já que o orientador poderá oferecer contribuições mais decisivas em direção ao estado da arte em suas áreas de trabalho. Mas é um aspecto importante também para que, em sentido inverso, seguindo o princípio de integração entre ensino e pesquisa, as pesquisas discentes contribuam na produção científica de nosso corpo docente.

Longe de se constituir um obstáculo à imaginação científica, nossas linhas de pesquisa – como poderemos ver a seguir – são abrangentes o suficiente para que sejam poucos os temas de trabalho que eventualmente não encontrem orientação adequada. Mais ainda, na medida em que os orientadores, em suas linhas de pesquisa, poderão oferecer subsídios fundamentais para a pesquisa discente, nossa concepção é a de que um trabalho bem desenvolvido estimula a ambição intelectual e constitui uma fonte permanente de motivação de nossos futuros Cientistas Sociais.

A seguir indicamos as linhas de pesquisa tal como configuradas pelo corpo docente da FACSAT. Ressaltamos que nelas integramos alguns docentes de outras faculdades e outras universidades com os quais temos parcerias e afinidades de pesquisa.

#### **Linhas de Pesquisa desenvolvidas na FACSAT**

<p><b><u>PARTIDOS POLÍTICOS, ELEIÇÕES, COMUNICAÇÃO E MÍDIA</u></b>: A linha de pesquisa possui três grandes eixos entrelaçados nas discussões sobre a política brasileira em consonância com o Grupo de Estudo dos Sistemas Eleitorais do Sul e Sudeste do Pará (GESESULDESPA/Unifesspa).</p>
---

Quando falamos de Partidos Políticos analisamos seu sistema organizacional e seus atores sociais tratando do programa a atuação legislativa e outros. Em se tratando da questão Eleitoral o estudo parte da comportamento político, ações dos atores participantes e os resultados eleitorais. Por fim, discutir sobre as ferramentas de comunicação e mídia que envolve a opinião pública e os reflexos nos partidos e nas eleições, municipais, estaduais e federal.

Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT) e Cloves Barbosa (FACSAT)

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: Esta linha de pesquisa visa ao estudo de Políticas Públicas no Brasil, focando-nos na Educação em diferentes níveis de ensino, seja a educação básica (fundamental, Médio e EJA), superior, profissional, tecnológica e a distância. Nesse contexto, analisa os conflitos e tensões que envolvem a formulação das políticas sócio-governamentais, a gestão democrática na escola, currículo, avaliação institucional, regulação e reorganização desse espaço que possui diversidades de gênero, étnico/raciais e geracionais. Analisa ainda os aspectos afetivos, sociais, cognitivos em relação a prática pedagógica e o processo de aprendizagem no cotidiano escolar e na realidade social, campo/cidade.

Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT) e Raimundo Wanderley Padilha (FACSAT)

VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA: Esta linha de pesquisa analisa três eixos de grande discussão na sociedade brasileira “Violência, Criminalidade e Segurança Pública”, campo e cidade em consonância com o Grupo de Pesquisa sobre Violência - GESA (Unifesspa/2016). As altas taxas de homicídios, infanticídios, violência contra a mulher, roubos, furtos, agressões e outros expressam o grande aumento da criminalidade brasileira, resultando numa crescente demanda por segurança pública de cunho preventivo que vise questões relativas à exclusão e desigualdades sociais. Há um perceptivo aumento da insegurança e do crescimento da violência nas últimas décadas, principalmente, em regiões urbanas de cidades de médio porte. Nesse contexto, as ações judiciais também passam a fazer parte dessa análise como complemento de indicativo dos resultados de estudo sobre a problemática. Assim, analisando as origens e consequências. Temas sobre a democracia, o Estado, a cidadania, representações sociais, institucionais que tratam sobre a ocorrência da violência; o sistema de justiça incluindo a polícia e outras formas alternativas de controle social.

Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT) e Cloves Barbosa (FACSAT)

ANTROPOLOGIA, SIMBOLISMO, RELIGIÃO/RELAÇÕES DE GÊNERO E SAÚDE: Estuda os fenômenos religiosos como fatos simbólicos da cultura, bem como os relacionados à saúde/doença, hábitos e ideologias alimentares, relações de gênero no Sul e Sudeste do Pará. Esta linha de pesquisa também tem entre seus objetivos discutir a relação entre Religião e Modernidade envolvendo as seguintes questões: Diversidade Religiosa e Espaço Público Escolar, Laicização, Nova

Consciência Religiosa, Misticismo Ecológico, Terapias complementares, Tradução e Reinterpretação entre o que se convencionou denominar como “Xamanismo tradicional” e “Xamanismo Urbano”. Considerando o lócus de pesquisa como uma região de fronteira, os estudos terão principalmente como interlocutores grupos que compõem as etnias indígenas, as religiões de matriz africanas, portanto afroarababenses, assim como as influências dessas matrizes culturais na cartografia religiosa que se configuram na região.

Docentes: Gisela Macambira Villacorta (FACSAT) Raymundo Heraldo Maués (UFPA), Ivan Cardoso Lima (UNILAB/CE/N’Umbutu-Unifesspa) e Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT)

MUNDO RURAL, MEIO AMBIENTE E CONFLITOS SOCIAIS: Esta linha tem o propósito de investigar aspectos teórico-metodológicos e epistemológicos e experiências empíricas relacionados ao mundo rural, formas de trabalho, sociabilidades, modos de vida, relação homem-natureza, conflitos, resistências, gêneros, reprodução de sujeitos sociais, identidade, ações coletivas e criação de unidades de conservação. Estudos teóricos-metodológicos contemporâneos têm refletido sobre as novas configurações do espaço rural em interação com o mundo urbano, emergência de novos atores sociais e criação de novos territórios, resultado das mudanças sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais que o planeta vivencia e que promovem transformações profundas nas formas de relações sociais e, também, na paisagem rural. A linha se volta para estudos sobre o contexto do sul e sudeste paraense, cuja história é marcada por conflitos, violências e resistências, com abordagens disciplinares e interdisciplinares, em interação com contextos globais.

Docentes: Edma Moreira da Silva (FACSAT), André Augusto Inoue Oda (FACSAT) e Simone Cristina Contente Padilha (FACSAT)

RELAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS, GÊNERO, RACISMOS e DIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: Esta linha de pesquisa se propõe a problematizar os processos socioculturais e econômicos de grupos minoritários – particularmente as mulheres, indígenas e afrodescendentes – com especial atenção para as relações raciais, as formas de violência simbólica, os racismos, os sexismos, as normas sociais e as relações de poder inseridas no corpo, a formação de diferentes identidades étnicas e de gênero no Sul e Sudeste do Pará.

Docentes: Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT) e André Oda (FACSAT)

ESTADO, TRABALHO, SINDICALISMO E SOCIEDADE NO SUDESTE PARAENSE: Esta linha tem por objetivo debater os efeitos regionais dos grandes projetos de exploração mineral no sudeste paraense, cujo suporte fundamental se constitui pelas políticas de Estado. Bastante complexas, as discussões propostas exigem um exercício multidisciplinar, o que supõe abordar os efeitos econômicos, sociais e políticos sobre as populações atingidas nos aspectos rural e urbano. Propõe-se também refletir sobre as diferentes modalidades de trabalho subsumidas ao capital, suas formas de organização e lutas que esses projetos ensejam.

Docentes: Célia Congilio (FACSAT), Cloves Barbosa (FACSAT), Wanderley Padilha (FACSAT) e Simone Cristina Contente Padilha (FACSAT)

ELITES REGIONAIS, CAMPOS SOCIAIS E RELAÇÕES DE PODER: Nesta linha de pesquisa estão contidos trabalhos que versam sobre os diferentes mecanismos de recrutamento, formação e reprodução de elites nos diversos campos sociais – político, econômico, cultural, acadêmico, jurídico, midiático, etc. – das regiões Norte e Nordeste. São consideradas relevantes as trajetórias dos diferentes agentes sociais da região, bem como suas estratégias de conservação e de subversão do campo, i.e., das regras de distribuição do capital específico dentro de um determinado campo. As pesquisas nessa linha buscam responder como estão configurados historicamente os conflitos entre as frações de elite hegemônicas e contra-hegemônicas de cada campo, como são acionados diferentes capitais específicos – nacionais e internacionais – nas estratégias dos representantes dessas elites.

Docentes: André Augusto Inoue Oda (FACSAT), Paola Giraldo Herrera (Faculdade de Educação do Campo, Unifesspa) e Edma do Socorro Moreira (FACSAT).

PENSAMENTO SOCIAL AMAZÔNICO NOS SÉCULOS XX e XXI: Nesta linha de pesquisa, são contemplados os diversos autores – brasileiros e estrangeiros (brasilianistas e latino-americanistas), das Ciências Sociais e de outras áreas do conhecimento – que, ao longo dos séculos XX e XXI, produziram e ainda produzem explicações acerca das questões sociais e políticas da Amazônia e que, portanto, norteiam e condicionam os debates em nossa área. Além do interesse nos diferentes referenciais teóricos que balizam os diálogos entre pesquisadores, nessa linha de pesquisa busca-se também compreender também os efeitos culturais dessas diversas produções intelectuais, tanto na formação de uma imaginação social sobre a Amazônia, quanto na constituição de diferentes identidades amazônicas e nas múltiplas apropriações e ressignificações dessas identidades no Norte brasileiro.

Docentes: André Augusto Inoue Oda (FACSAT), Paola Giraldo Herrera (Faculdade de Educação do Campo, Unifesspa), Edma do Socorro Moreira (FACSAT) e Joseline Trindade (FACSAT)

Além das aulas propriamente ditas, os discentes dispõem também de núcleos, grupos de estudo e pesquisa nos quais se reúnem periodicamente discentes e docentes para compartilhar avanços teóricos e de pesquisa. Os discentes têm acesso as bolsas concedidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROPIT). Esses discentes são igualmente estimulados à montagem de projetos de pesquisa na busca de financiamento externo através de agências de fomento, como é o caso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará - FAPESPA. Além disso, a participação dos discentes em eventos científicos – Simpósios, Seminários, Congressos (cf. sessão sobre Atividades Complementares) – é considerada Atividade Complementar e por isso contam para o fim de preenchimento de carga horária discente.



## 5.6 Políticas de Extensão

Considerando a extensão como via de mão dupla para a construção do conhecimento científico, a política de extensão da Faculdade de Ciências Sociais deverá estar associada às políticas de ensino, de pesquisa e de inclusão social como forma de possibilitar uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A partir da relação com o ensino e com a pesquisa serão propostas ações extensionistas à sociedade de uma maneira geral, assim como às comunidades urbanas e rurais locais e regionais com as quais deverá discutir e planejar o atendimento destas demandas, pois através das atividades de extensão o discente amplia sua formação ao desenvolver ações que permitam refletir sobre questões e construir uma formação compromissada com a sociedade.

Desta forma, com o intuito de possibilitar que a extensão faça parte da vida acadêmica do curso será assegurado, no mínimo, 10% da carga horária total do curso para realização de atividades extensionistas, podendo essa carga horária ser ofertada a partir de minicursos, oficinas, visitas orientadas, palestras, seminários, elaboração de material de apoio didático (textos, cartilhas, vídeos, exposições etc.), elaboração de projetos e programas de extensão, respondendo a editais internos e externos à Unifesspa (PROEX, CNPq etc.), entre outras atividades ou eventos. Pretende-se que essas atividades sejam realizadas ao longo do semestre tanto na carga horária prática das atividades curriculares como na realização de atividades complementares (seminários, fóruns, cursos, projetos, entre outros, promovidos pela FACSAT) podendo assim gerar produtos que fortaleçam as ações extensionistas e a política de inclusão social do curso.

Dentro da política de extensão da FACSAT, inclui-se nossa aproximação aos movimentos sociais, aos grupos de ativismo em direitos humanos, sindicatos de trabalhadores do campo e da cidade, instituições do poder público e da sociedade civil. Nesse sentido, as ações do LAPEX (Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais), já descritas em item anterior, ocupam posição privilegiada para o desenvolvimento da extensão de forma conjugada à pesquisa e ao ensino.

As ações de extensão estão ligadas também à pesquisa, na medida em que as ações extensionistas devem, necessariamente, estar acompanhadas de instrumentos de diagnóstico e monitoramento, bem como aqueles necessários para uma análise apropriada de seus resultados. Nesse sentido, lembramos que – apenas contando a carga horária de disciplinas previstas na grade, sem contar as horas de Atividades Complementares – *578 horas de nossas atividades curriculares* (18% da carga horária total do curso) estão destinadas à prática em pesquisa e extensão.

As ações de extensão da Unifesspa articulam-se à Política Nacional de Extensão, especialmente nas linhas temáticas previstas no Plano Nacional de Extensão, a saber: “Cultura, Educação, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Justiça, Tecnologia e Produção, Saúde, Comunicação e Trabalho.” (Unifesspa, PDI 2014-2016, p. 90)

(...) [A] Extensão Universitária da Unifesspa é concebida no âmbito de uma política cultural universitária abrangente, e que envolve a construção democrática da universidade, a expansão do ensino

superior em permanente processo de interlocução com sua região de abrangência. Nestes termos, a política cultural se assenta na proposta de construir uma universidade que seja um espaço de formação intercultural, de promoção da pluralidade cultural e epistemológica e de combate às desigualdades sociais (Unifesspa, PDI 2014-2016, p. 90)

A participação dos discentes em atividades de extensão coordenadas por docentes, técnicos e mesmo pelos próprios discentes, resulta em carga horária reconhecida na estrutura curricular, podendo resultar em até 40 horas registradas na forma de Atividades Complementares, como visto no item que discorre sobre estas (cf. Anexo 13).

Por fim, a política de extensão no curso de Bacharelado em Ciências Sociais deverá ser implementada através da submissão de projetos aprovados em editais; incentivo a participação dos discentes em projetos de extensão universitária; participação na organização de cursos, eventos técnicos, científicos ou culturais; apoio à programas e projetos de extensão e de arte-cultura-educação; apoio à realização de eventos culturais e acadêmicos; apoio às ações que visem à democratização do acesso ao ensino superior e incentivo à organização de projetos, participação em atividades comunitárias com estruturação de escritórios de assessoria sociocultural. Os docentes e discentes respondem aos editais internos da Unifesspa, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, como o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), e editais externos que fomentem as atividades de extensão através da concessão de bolsas.

## **5.7 Políticas de Inclusão Social**

### **5.7.1 Diversidade e inclusão: ensino, pesquisa e extensão**

Vivemos em País de grande diversidade étnico-racial e identitária que se configura em 698 Terras Indígenas (TI), ocupando uma extensão de 113.597.452 hectares, o que representa 13,3% do território nacional. Desse total, 422 TIs concentram-se na Amazônia, abrangendo 22,25% do território amazônico. Ao todo são 242 etnias, segundo o IBGE (2010). Os grupos indígenas da mesorregião do Sudeste paraense têm em sua composição 13 povos. São eles: Amanayé; Akuáwa-Assurini do Trocará; Aikewara-Suruí; Xikrin do Catete; Tenetehara-Guajajara; Karajá; Mebêngôkre-Kayapó; Guarani-Mbya e Guarani-Ñandeva; Parkatêjê; Kyikatêjê; Akrãtikatêjê; Parakanã e Atikum e estão organizados em 27 aldeias, cujas línguas originárias são de tronco Tupi-Guarani e Jê (PPC IFPA RURAL 2012).

Em relação aos quilombolas, existem no Brasil 2.474 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP, 2013), em todos os estados da federação, excetuando-se os estados do Acre e Roraima e o Distrito Federal. O estado da Bahia é o que tem o maior número, com 628 comunidades quilombolas certificadas; seguido por Maranhão, com 492; o Pará com 227, e, Minas Gerais com 226. O Pará é o quarto Estado com a presença de comunidades quilombolas (FCP, 2013). Além dessa diversidade, no território do sul e sudeste do Pará estão as mulheres quebradeiras de coco babaçu, que fazem parte do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), um movimento que organiza as mulheres quebradeiras de coco babaçu em uma luta de garantia pelos seus territórios.

No Brasil, as políticas afirmativas para populações historicamente marginalizadas, começam a ser debatidas no final da década de 1980, com intuito de reparar o que é considerado como “injustiça

histórica”, oriunda desde o período escravista que fez perpetuar na sociedade brasileira um sistema desigual que não possibilita o acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, as oportunidades no mercado de trabalho para negros e indígenas. Um dos avanços na implementação de uma política afirmativa, foi o estabelecimento de um sistema de cotas nas IES, inicialmente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que foi a primeira universidade do país a criar um sistema de cotas em vestibulares para cursos de graduação por meio de uma lei estadual que estabelecia 50% das vagas do processo seletivo para alunos egressos de escolas públicas cariocas. Depois da UERJ foi a vez da Universidade de Brasília (UnB) implantar uma política de ações afirmativas para negros em seu vestibular de 2004. A instituição foi a primeira no Brasil a utilizar o sistema de cotas raciais (UNB 2013).

Outras universidades aderiram ao sistema de cotas em seus processos seletivos, destinando reserva de vagas não só para negros, como também para quilombolas e indígenas – por meio de cotas raciais – e também para pessoas com deficiências e estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas – o que chamamos de cotas sociais. Em 15 anos, esse cenário encontra-se bem diferente, visto que praticamente todas as instituições de ensino superior públicas destinam vagas para o sistema de cotas em seus processos seletivos. No decorrer dos anos, cada IES vem definindo seus regulamentos quanto ao sistema de cotas, em que pese em 2012, ter sido sancionada a Lei nº 12.711/2012, que garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. E no Art. 3º :

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. [\(Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016\)](#)

Na região Norte, a UFPA nos últimos 10 anos vem adotando uma postura ativa na promoção das ações afirmativas e possui um conjunto de políticas que demarcam que a Instituição teve avanços nesse aspecto. Em 2005, a UFPA definiu por cotas (50% das vagas ofertadas) para pessoas oriundas de escolas públicas, das quais 40% são destinadas aos pretos. Em 2007 instituiu o sistema de cotas no Processo seletivo diferenciado para alunos oriundos do sistema público de ensino e negros – ingresso/vestibular. Em 2008, das 5.036 vagas ofertadas pela UFPA 4.494 foram preenchidas, 2.192 por estudantes cotistas e 2.302 por estudantes não cotistas. Em 2009 a UFPA implementou o Programa de vagas reservadas para povos indígenas em todos os cursos de graduação da UFPA. Entraram 67 indígenas, apoiados pela Bolsa Permanência. E, em 2009, instituiu o Programa de vagas reservadas para pessoas com deficiência em todos os cursos de graduação da UFPA. Em 2011, a UFPA definiu duas vagas para quilombolas, em todos os cursos. Em 2012, 47 quilombolas entraram por meio de reservas de vagas (Beltrão *et al* 2013).

Na Unifesspa, a Resolução nº 22 de 13 novembro de 2014 designou a reserva de vagas nos cursos de graduação às pessoas com deficiências, quilombolas e indígenas. Já, a Resolução nº 97 de 2016, acrescentou e estabeleceu o argumento de inclusão regional:

Os parâmetros do SiSU que serão adotados na Unifesspa quanto ao percentual de vagas reservadas para cotistas, as notas mínimas exigidas, os pesos das provas no processo seletivo e cria o argumento de inclusão regional com o objetivo de estimular o acesso à Unifesspa pelos estudantes que residem nos municípios que integram as regiões de influência das cidades nas quais estão implantados os campi da Unifesspa, além de Imperatriz e Araguaína (Resolução 22 de nov. 2014).

Todas as iniciativas legais pelo acesso de grupos historicamente marginalizados são importantes para que as IES garantam a democratização do ensino superior, mas esses mecanismos de ingresso não serão suficientes sem a criação de uma estratégia de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o intuito de dinamizar a política de inclusão da Unifesspa. Além do ingresso de estudantes indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, a política de inclusão de grupos etnicamente diferenciados da sociedade brasileira somado a transversalidade dos temas dos direitos humanos e questões ambientais se efetiva no curso de Ciências Sociais nos três campos (i) ensino, ii) pesquisa e iii) extensão:

- (i) **Ensino:** na proposição de um desenho curricular que oferece as seguintes disciplinas no campo formativo do discente: *Relações Étnico-Raciais (68)*; *Etnologia Indígena (68)*; *Estudos de Povos indígenas (68)*; *Corpo gênero e sexualidade(68)*; *Conflitos sociais: terra e território (68)*; *Tópicos Temáticos em Antropologia (68)* e *Religião e Sociedade (68)*. Estes componentes curriculares têm como tema principal problematizar sobre a diversidade sociocultural em seus aspectos políticos, particularmente seus conflitos culturais e econômicos.
- (ii) **Pesquisa:** o curso possui três linhas de estudos vinculados aos docentes da FACSAT que enfatizam o tema da diversidade Étnico-Racial e gênero, são eles:
  - 1- *Relações Étnicos Raciais, Gênero, Racismos e Diversidade na Contemporaneidade* - Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT), André Augusto Inoue Oda (FACSAT)
  - 2- *Antropologia, Simbolismo, Religião/Relações de Gêneros e Saúde* - Gisela Macambira Villacorta (FACSAT); Raymundo Heraldo Maués (UFPA), Ivan Cardoso Lima (UNILAB/CE/N'Umbutu-Unifesspa) e Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT)
  - 3- *Pensamento Social Amazônico nos séculos XX e XXI* - André Augusto Inoue Oda (FACSAT); Edma Moreira (FACSAT), Paola Giraldo-Herrera (Fecampo) e Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT)

Com intuito de construirmos uma rede de pesquisadores sobre o tema da diversidade, temos parcerias em atividades com linhas de pesquisa de outras Faculdades e Institutos. São elas:

- 4- Políticas e Práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva - Lucélia Cardoso Rabelo (FACED)
- 5- História e Cultura das Populações Negras no Brasil e Educação, Relações Étnico-Raciais - Janailson Macedo Luis (História)
- 6- Dinâmicas Sócioeducacionais, políticas públicas e minorias – Hildete Pereira dos Anjos (FACED)
- 7- Ações afirmativas, Ensino Superior e Diversidade – Luiza de Nazaré Mastop de Lima (IEDAR)
- 8- Construção de Identidade Étnica e Território – Luiza de Nazaré Mastop de Lima (IEDAR)
- 9- Produção discursiva e dinâmicas sócioterritoriais na Amazônia - Idelma Santiago da Silva (Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia - PDTSA/ICH)
- 10- Identidade, territorialidades, povos e comunidades tradicionais - Rita de Cássia Costa (Fecampo)

E, finalmente, (iii) na **Extensão**, estão os projetos que a FACSAT desenvolve em torno da temática da diversidade, promovendo o debate e a inserção dos discentes em atividades extensionistas e incentivando um olhar sobre a diversidade de gênero, étnica, racial e religiosa. Este é o caso, p.ex., do Projeto de Extensão coordenado pela docente Gisela Macambira Villacorta “Diversidade religiosa e Espaço Público em Marabá” que é desenvolvido em parceria com Secretaria de educação do município de Marabá.

Para atender e promover ações de promoção dos direitos de pessoas com deficiências, a Unifesspa conta com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA) onde entre outras coisas, desenvolve palestras, orientação de reformas na estrutura física dos campi da universidade, até a elaboração/adaptação de materiais didáticos de acordo com as necessidades específicas dos discentes e docentes. Diante do ingresso de pessoas com deficiência, o curso de Ciências Sociais recorre ao NAIA solicitando apoio para o acompanhamento dos discentes, onde dispõe de tecnologias assistivas; material em braille; recursos de informática acessível; material pedagógico tátil; tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais; material didático em língua brasileira de sinais; material didático em formato impresso; material em áudio; material em formato impresso em caractere ampliado; recursos de acessibilidade à comunicação e guia intérprete. Temos uma demanda de reforma das salas de aula no qual, dentre outros elementos de reforma, reclamamos a instalação de piso tátil destinado a suprimir as dificuldades de discentes e docentes com deficiências visuais. O Campus I dispõe de rampas de acesso nos espaços do estacionamento, da entrada do campus e entre as salas de aula (as que se encontram no piso térreo, onde estão todas as salas de aula dos cursos da FACSAT).

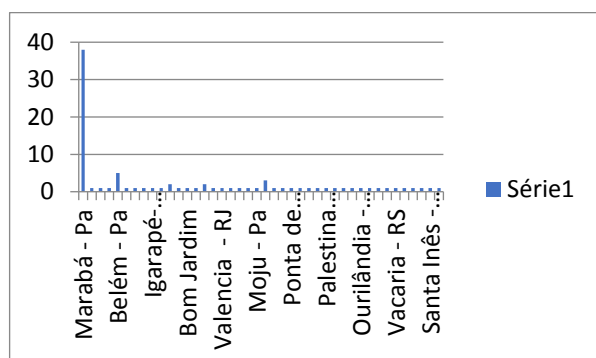
Além do NAIA, a FACSAT conta também, para poder concretizar ações de inclusão com a colaboração do Núcleo de Educação Especial (NEES) da Faculdade de Educação (FACED/Unifesspa), ambos localizados no Campus I da Unifesspa.

Não obstante, para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais (cf. PPC próprio da Licenciatura em Ciências Sociais da FACSAT), considerando a obrigatoriedade do ensino de LIBRAS nos cursos de Licenciatura de acordo com a Lei nº 10.436/2002 ofertamos um componente curricular voltado ao aprendizado de libras.

### 5.7.2 Censo Estudantil

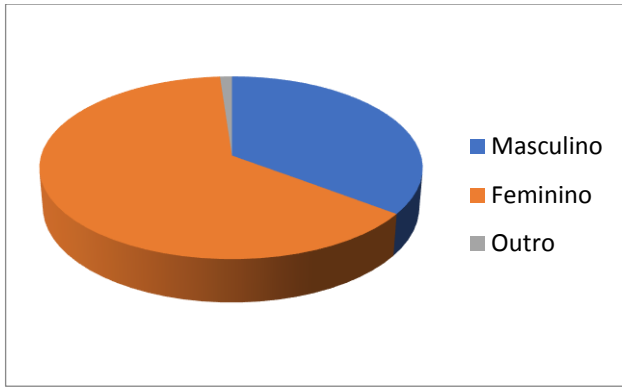
Com objetivo de conhecermos o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de Ciências Sociais, iniciamos nesse ano de 2016 um censo estudantil no âmbito do Programa de monitoria desenvolvido na Faculdade, onde realizamos a pesquisa através de um questionário sociocultural que foi aplicado pelos discentes monitores entre os dias 23 a 26 de setembro de 2016. Responderam ao questionário 88 estudantes, distribuídos da seguinte forma: 14 discentes da turma de Ciências Sociais Licenciatura e Bacharelado (2012); 23 estudantes da turma Bacharelado e Licenciatura (2013); 11 estudantes da turma licenciatura 2014; 15 da turma Licenciatura (2015) e 25 discentes da turma de Bacharelado (2016). Estão matriculados, atualmente, no curso de Ciências Sociais (2016.4) 187 discentes, sendo que 37 estão em fase de conclusão de curso (2016.4).

Através desse questionário foi possível constatar que 56% dos estudantes entrevistados são oriundos de outras cidades do Pará e de outros estados da Federação. Conforme mostra o gráfico abaixo:



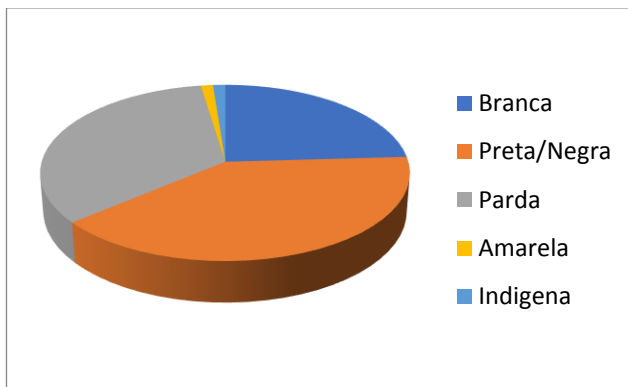
Fonte: Pesquisa Facsat 2016

Entre os discentes que responderam ao questionário, 36% declararam pertencer ao sexo masculino, enquanto que 64% ao feminino, 01 discente respondeu que pertence a "outro" mas não especificou qual seria.



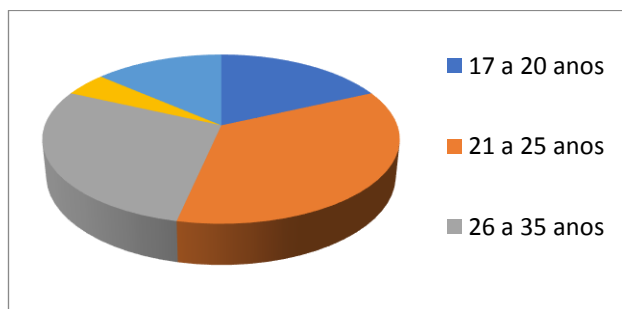
Fonte: Pesquisa Facsat 2016

Em relação a cor, 20 se declararam brancos, 33 declararam ser negros, 28 disseram ser pardos; 01 discente se declarou amarelo e 01 indígena. Mas é importante destacar, que temos atualmente, matriculados seis discentes indígenas pertencentes as etnias Parakatejê, Akratikateje e Guajajara. E temos uma discente quilombola, ingressante no ano de 2016. Estão matriculados 2 discentes com deficiência visual: um concluinte (2009) e um ingressante em 2016.



Fonte: Pesquisa Facsat 2016

No que diz respeito a faixa etária dos estudantes, de uma forma geral foi constatado que 18% discentes têm entre 17 e 20 anos; 35% possuem entre 21 e 25 anos; 28% discentes possuem de 26 a 35 anos; 5% estão na faixa de 36 a 40 anos e 14% discentes declararam ter 41 anos ou mais.



Fonte: Pesquisa Facsat 2016

Em relação ao perfil de escolaridade dos estudantes de Ciências Sociais: 75 deles cursaram o ensino médio regular; 01 declarou ter feito um curso profissionalizante, 2 estudaram o magistério; 03 fizeram o E.J.A; e 06 declararam ter feito outro tipo de curso, mas não especificaram. Dentre esses discentes, 77 declaram que estudaram o ensino médio todo em escola pública, 09 estudaram em escolas particulares; 01 respondeu que estudou nos dois tipos, mas que estudou a maior parte do tempo em escola pública, enquanto que 01 declarou ter feito a maior parte em escola particular.

Os estudantes de Ciências Sociais são oriundos, em sua grande maioria de outros lugares, demonstrando um intenso processo migratório e uma diversidade sociocultural que caracteriza nosso corpo discente. São predominantemente provenientes da escola pública, prioritamente em uma faixa etária jovem o que requer da Unifesspa, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEX), uma política permanente de assistência e integração estudantil<sup>4</sup>, de modo a oferecer apoio contínuo, aspirando superar os efeitos das desigualdades de condições socioeconômicas entre os/as discentes/as da Universidade e, assim, evitar ao máximo que essas disparidades se aprofundem e impactem de forma negativa o desempenho acadêmico.

Para isso os discentes contam com o Programa de Apoio e Permanência que “tem o objetivo de apoiar por meio da concessão de auxílio financeiro, prioritariamente, a estudantes em condição de vulnerabilidade social” ( *site* institucional-proex). Os principais benefícios concedidos que atendem diretamente aos discentes de Ciências Sociais são: auxílio moradia, auxílio permanência, auxílio creche, auxílio emergencial.

Já o Programa de Integração e Vivência Estudantil “tem o objetivo de integrar o estudante à vida universitária por meio de ações de natureza acadêmico-científica, socioculturais, esportivas, visando o bem estar pleno do discente, também seu contato e diálogo com os diferentes grupos da sociedade, seus problemas e suas lutas de superação, permitindo a este, formação crítica e acesso à cultura e lazer” ( *site* institucional-Proex). Os principais benefícios que atendem diretamente aos estudantes das Ciências Sociais são: apoio à participação discente em eventos, apoio à participação coletiva de discentes em eventos, apoio à realização de eventos estudantis e vivência estudantil, no qual a Universidade aporta recursos para a inserção dos discentes em comunidades, nas quais entrará em contato com suas questões e seus problemas reais.

Além desses dois Programas, os discentes de Ciências Sociais acessam o programa de acolhimento estudantil que visa “desenvolver e integrar diferentes iniciativas para apoiar o fortalecimento da trajetória acadêmica de estudantes indígenas, negros, oriundos do campo, quilombolas, de grupos tradicionais, com necessidades especiais, a partir de ações que respeitem os saberes e conhecimentos diversos e permitam a estes grupos a transformação social e melhoria das condições das suas comunidades” (Proex, *site* institucional).

---

<sup>4</sup> Cf. Site da Proex-UNIFESSPA <<https://proex.UNIFESSPA.edu.br/index.php/2014-11-05-19-34-49>>



## **6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE**

Considerando o princípio da gestão democrática, os docentes devem ser incentivados a participar ativamente do cotidiano do curso e a Faculdade deve criar condições para que isso se concretize. Para a realização das atividades curriculares propostas são necessárias a criação e manutenção de uma política de formação continuada de docentes e de técnico-administrativos, buscando apoio interno e externo à Unifesspa que viabilize a qualificação de seus quadros. O Plano de Capacitação Docente da Faculdade é uma contribuição para que isto aconteça de fato. Em relação ao apoio interno à Unifesspa, é fundamental que o curso acione a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) para solicitar cursos de capacitação necessários à organização de atividades que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, assim como a política de inclusão do curso. Além de solicitar cursos específicos conforme as demandas da Faculdade, os docentes também deverão atentar para o Plano de Capacitação que a Unifesspa oferece a seus servidores.

Outra estratégia a ser adotada consiste na oferta de cursos pelos docentes da Faculdade a eles mesmos e aos técnico-administrativos, a fim de socializar suas áreas de estudo e fomentar o diálogo para o planejamento de atividades conjuntas.

Os docentes deverão planejar em conjunto as atividades curriculares a serem ofertadas a cada período letivo. Para tanto, deverá ser previsto no calendário acadêmico do curso períodos de até uma semana, reservados para que os docentes possam se reunir, discutir e planejar as atividades. Durante a semana de planejamento acadêmico deverão ser discutidas as estratégias que possam ser adotadas pelos docentes para a realização de interdisciplinaridade, o planejamento de atividades complementares que possam ser ofertadas pelo curso, a socialização dos trabalhos realizados pelas linhas de pesquisa, assim como a relação dos mesmos com as atividades de extensão que deverão ser concretizadas, conforme as políticas de pesquisa e extensão do curso. Cada docente deverá, ao início de cada atividade curricular, apresentar um plano de curso com elementos básicos para o desenvolvimento da atividade, tais como ementa, metodologia, bibliografia básica e complementar, e critérios de avaliação, a serem discutidos e ajustados com os discentes.

O afastamento de docentes para qualificação deverá ser discutido e aprovado pelo conselho da Faculdade, devendo-se observar o planejamento feito. Após a aprovação do afastamento do docente pela Faculdade, o curso deverá encaminhar ao Conselho do Instituto de Ciências o planejado para que o mesmo referende o afastamento do docente.

As atividades curriculares ofertadas pelo curso de Bacharelado em Ciências Sociais são planejadas pelo quadro docente da Faculdade, segundo princípio de gestão democrática e dialogada, com planejamento prévio das atividades semestrais com antecedência ao início do período letivo. As mudanças de maior escopo são decididas no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e no Conselho da Faculdade, onde docentes, discentes e técnicos-administrativos se reúnem regularmente para tratar dos assuntos pedagógicos e administrativos do curso e da FACSAT.

## 7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Entendemos que a avaliação discente não se limita a medição simples e aferição de uma nota ou conceito, senão que, através dela, pretendemos estimular o processo de aquisição das ferramentas intelectuais necessárias à produção científica na Sociologia, na Antropologia e na Ciência Política. O fim último é estimular a curiosidade intelectual dos discentes, fomentar o pensamento crítico, o debate qualificado com outros autores e, em última instância, fazer com que a construção do conhecimento científico em nossa área se torne algo prazeroso e instigante, fixado na experiência de nossos egressos.

Nesse sentido, a avaliação não deve apenas mensurar, mas também ensinar: seja no que estimula, nos discentes, a formação de conjecturas próprias, o desejo de expressar suas reflexões, seja na construção textual adequada ao trabalho científico, seja também na consolidação dos valores éticos que compõem o perfil do egresso.

Nesse sentido, a avaliação não deve apenas mensurar, mas também ensinar: seja no que estimula, nos discentes, a formação de conjecturas próprias, o desejo de expressar suas reflexões, seja na construção textual adequada ao trabalho científico, seja também na consolidação dos valores éticos que compõem o perfil do egresso.

Os processos de avaliação do Bacharelado em Ciências Sociais são, por isso, instrumentos de vital importância no desenvolvimento das competências e habilidades, do comprometimento social e humano, requeridas pelo/a profissional que desejamos formar: ou seja, um/a cientista social qualificado/a e comprometido/a com a justiça social e os direitos humanos. Nesse sentido, seguimos, para fins de avaliação discente, o quadro de Atividades Curriculares por Competências (cf. abaixo) como objetos e objetivos primários de avaliação.

- Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica
- Competência 2: Autonomia intelectual
- Competência 3: Capacidade analítica
- Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social
- Competência 5: Compromisso social
- Competência 6: Competência na utilização da informática

Disciplinas	Principais competências trabalhadas e avaliadas
Epistemologia das Ciências Sociais I	01, 02, 03
Epistemologia das Ciências Sociais II	01, 02, 03
Teoria Sociológica I	01, 02, 03
Teoria Sociológica II	01, 02, 03
Teoria Sociológica III	01, 02, 03
Teoria Sociológica IV	01, 02, 03
Teoria Antropológica I	01, 02, 03

Teoria Antropológica II	01, 02, 03
Teoria Antropológica III	01, 02, 03
Teoria Antropológica IV	01, 02, 03
Teoria Política I	01, 02, 03
Teoria Política II	01, 02, 03
Teoria Política III	01, 02, 03
Teoria Política IV	01, 02, 03
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV	01, 02, 03, 04, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	02, 03, 04, 05, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	02, 03, 04, 05, 06
Formação social, econômica e política da Amazônia	01, 02, 03, 05
Formação social, econômica e política do Brasil	01, 02, 03, 05
Formação social, econômica e política do mundo contemporâneo	01, 02, 03, 05
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 05, 06
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 05, 06
Relações Étnico-Raciais	01, 02, 03, 05
Etnologia indígena	01, 02, 03, 04, 05
Estado, movimentos sociais e políticas públicas	01, 02, 03, 04, 05
Tecnologia, trabalho e sociedade	01, 02, 03, 04, 05
Corpo, gênero e sexualidade	01, 02, 03, 04, 05
Leitura e produção textual	02, 03
Economia política	01, 02, 03
Teoria e pesquisa sobre o mundo do trabalho	01, 02, 03, 04, 05
Teoria e pesquisa sobre religiões	01, 02, 03, 04, 05
Teoria e pesquisa sobre educação	01, 02, 03, 04, 05
Teoria e pesquisa sobre movimentos sociais	01, 02, 03, 04, 05
Teoria e pesquisa sobre violência	01, 02, 03, 04, 05
Questões agrárias	01, 02, 03, 04, 05
Questões urbanas	01, 02, 03, 04, 05
Questões indígenas	01, 02, 03, 04, 05
Corpo, gênero e sexualidade	01, 02, 03, 04, 05
Instituições políticas brasileiras	01, 02, 03, 04, 05
Sistemas partidários e eleitorais no Brasil	01, 02, 03, 04, 05
Pensamento social brasileiro	01, 02, 03, 04, 05
Tecnologia e sociedade	01, 02, 03, 04, 05, 06
Sociedade, natureza e educação ambiental	01, 02, 03, 04, 05

## 7.1 Concepção e Princípio da Avaliação

A Unifesspa adota o modelo de avaliação através de conceitos: Excelente, Bom, Regular e Insuficiente. Nos programas das disciplinas, pode-se usar, não obstante, um sistema de notas de 0,0 a

10,0. Nesses casos, via de regra, o registro dos conceitos finais dos discentes são inseridos na plataforma digital SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) se dá através da seguinte tabela de referência:

Nota	Conceito
0,0 a 4,9	Insuficiente
5,0 a 6,9	Regular
7,0 a 9,0	Bom
9,0 a 10,0	Excelente

Entre os instrumentos de avaliação disciplinar, os mais convencionais são a escritura de um trabalho para conclusão de disciplina, na forma de um “*paper*” que aprofunde o estudo sobre os temas passados em aula, e a avaliação através de prova escrita em sala de aula. Para além desses recursos convencionais, os docentes da FACSAT dispõem de autonomia para formulação de avaliações que condigam de modo mais adequado com sua prática de ensino.

## 7.2 Avaliação de Aprendizagem

Para atender ao perfil profissional que se deseja formar a avaliação discente precisa ser desenvolvida por meio de um processo que englobe não somente habilidades e competências técnicas próprias do cientista social, mas também a dimensão humana e ética de sua formação e atuação. A avaliação discente no curso de Ciências Sociais necessita estar em consonância com o Perfil profissional do Cientista Social que atuará nesta região. A relação ensino, pesquisa e extensão deverá nortear as avaliações, seja por meio de atividades escritas (elaboração de trabalhos acadêmicos como artigos científicos), orais ou audiovisuais (seminários, vídeos, exposições fotográficas, entre outras). Dessa forma, além da frequência obrigatória em 75% nas disciplinas, alguns critérios deverão ser adotados para as avaliações do processo ensino-aprendizagem durante as atividades curriculares, entre as quais se podem destacar:

- 1) Domínio Teórico: avaliar compreensão e domínio do discente acerca dos conceitos discutidos.
- 2) Relação teoria- Prática: avaliar a reflexão dos acontecimentos a partir dos conceitos das Ciências Sociais.
- 3) Atuação dos discentes de Ciências Sociais nos diversos espaços sociais por meio de atividades de pesquisa e extensão.
- 4) Organização e divulgação das atividades desenvolvidas por meio de eventos que poderão integrar o Ensino, Pesquisa e Extensão.

- 5) Inserção dos discentes de Ciências Sociais no processo de construção do conhecimento, a partir dos métodos e técnicas de pesquisa, bem como da importância deste para as pessoas inseridas na dinâmica de nossa região.
- 6) Adequação de linguagem aos diversos sujeitos com os quais interage para a construção do conhecimento científico.
- 7) Postura ética, combate aos preconceitos na realização das atividades solicitadas.

É pertinente ressaltar que os critérios de avaliação deverão ser discutidos entre docentes e discentes conforme planejamento das atividades do curso. Serão consideradas, ainda, para a avaliação as normas vigentes no Regulamento da Graduação quanto à frequência, à segunda-chamada, à revisão de conceitos, e às avaliações substitutivas.

Ao final de cada atividade curricular deverá acontecer a avaliação docente, constituída por dois momentos, preenchimento de um formulário pelo aluno e autoavaliação docente. Ao se reportar ao processo de avaliação do docente é necessário que o discente avalie a execução dos conteúdos curriculares; a metodologia de ensino; a bibliografia utilizada bem como relacionamento professor-aluno, entre outros aspectos que possam surgir.

O segundo momento terá início com o recebimento por parte do corpo docente das avaliações feitas pelos discentes. A partir disso, cada docente fará uma autoavaliação, considerando as observações advindas do corpo discente. A Faculdade pretende organizar reuniões para que docentes e discentes possam dialogar sobre os resultados do processo de avaliação como forma de contribuir conjuntamente para a melhoria da prática pedagógica e do curso em geral.

### **7.3 Avaliação de Ensino**

A avaliação do processo educativo tem por objetivo possibilitar o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. Para tanto, deve estar claro para aquele que avalia que ele também é parte integrante do processo avaliativo, uma vez que foi o responsável pela mediação no processo de ensino-aprendizagem. Ao avaliar deve-se ter em mente o processo como um todo, bem como aquele a quem se está avaliando. Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades em sala de aula e fora desta, principalmente na relação professor/aluno e no tratamento dos conhecimentos trabalhados neste e fora deste espaço. Assim, a intervenção do professor ajuda a construir as mediações necessárias para a construção do conhecimento. Ao professor e discente cabe aferir o desempenho acadêmico no processo de ensino-aprendizagem quanto à apropriação de competências e habilidades no processo educativo. Ao conjunto do corpo acadêmico deve-se aferir o desempenho docente e discente previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

### **7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico**

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais será avaliado e revisado na medida em que se fizer necessário e oportuno. A cada final de semestre a Faculdade realizará reuniões com o corpo docente para avaliar as atividades ofertadas para o período letivo como forma de

aprimorar as ações planejadas e promover a integração pedagógica e a relação entre os conteúdos ministrados.

Realizando uma reunião para avaliação e planejamento das atividades realizadas, ao final de cada semestre e momentos específicos (encontros, fóruns, seminários, entre outros) com participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e convidados para avaliação deste projeto pedagógico, a pelo menos cada dois anos de vigência, a Faculdade de Ciências Sociais pretende refletir sobre a formação do profissional desejado, reformular competências e conteúdos, se assim se fizer necessário, enfim discutir e identificar situações favoráveis ou desfavoráveis à realização do projeto pedagógico do curso, em todas as suas dimensões e a partir disto encaminhar novo texto aos órgãos competentes para apreciação e implementação das mudanças.

A avaliação deste projeto envolverá a participação dos discentes que por meio de instrumentos específicos opinarão sobre as atividades ofertadas, o desempenho dos professores, a estrutura disponível, entre outros aspectos. Essencial também é participação de professores e técnicos que precisam vivenciar o processo de autoavaliação e apontar sugestões para melhoria do curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) da FACSAT, nos termos de suas atribuições, irá trabalhar em ações permanentes de organização e acompanhamento do processo de avaliação do projeto pedagógico, envolvendo os sujeitos participantes do curso: docentes, técnicos e discentes, conforme estabelecido no Regulamento do Ensino de Graduação da Unifesspa e membros da sociedade civil, importantes para a construção crítica e compromissada do curso na região.

Nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante, o conjunto de docentes avalia, entre outros elementos, o andamento do processo pedagógico, além de reformas no Projeto Pedagógico do Curso (cf. item abaixo).

Por outro lado, a representação discente faz parte das reuniões ordinárias do Conselho da Faculdade, onde suas reclamações e sugestões são acolhidas, analisadas e deliberadas.

Além desses elementos que operam cotidianamente na formação do conhecimento do curso sobre si mesmo, atualmente são três mecanismos – institucionais e interinstitucionais – que atuam no processo de avaliação do ensino.

Entre os mecanismos externos de avaliação, os discentes e, nesse sentido, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais está submetido às avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Além do ENADE, também as avaliações regulares do MEC fazem parte dos mecanismos externos que possibilitam o autoconhecimento do curso.

Desde outubro de 2014, foi instituída na Unifesspa a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que se encontra em fase de organização e planejamento, não obstante já contarem com uma plataforma própria e terem levado a cabo algumas ações pontuais, como questionários submetidos aos discentes.

Os resultados dessas avaliações institucionais e interinstitucionais nos dão subsídios para a avaliação de nosso Projeto Pedagógico e as reformas que são efetivadas. Exemplo disso é a construção levada a cabo – pela FACSAT e a SINFR (Secretaria de Infraestrutura da Unifesspa) – dos Gabinetes

de Trabalho necessários para as atividades ordinárias de nosso corpo docente, e que é também um item de avaliação do curso pelo MEC.

Quanto ao aspecto propriamente acadêmico, o Núcleo Docente Estruturante se encontra periodicamente – duas vezes por mês – para avaliar as possibilidades de aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso. Segundo Resolução do CONSEPE (decidida no dia 23 de março de 2015), os integrantes dos NDE dispõem de liberação de carga horária de 02 horas semanais para esse processo de auto avaliação.

## **8 INFRAESTRUTURA**

### **8.1 Docentes**

A FACSAT possui em seu quadro docente nove (09) docentes efetivos. Os nove (09) docentes estão na condição de regime de trabalho de quarenta (40) horas e Dedicção Exclusiva. No que se refere à titulação, a faculdade conta com sete (07) profissionais docentes com doutorado e os demais com titulação a nível de mestrado. São eles (as):

**QUADRO 1:** Relação de docentes da FACSAT

DOCENTE	ÁREA DO SABER	REGIME DE TRABALHO	SITUAÇÃO ESPECIAL
Dr. André Augusto Inoue Oda	Teoria Social e Teoria Política	DE	
Dra. Célia Regina Congilio	Ciência Política	DE	
Dr. Cloves Barbosa	Sociologia	DE	
Dra. Edma do Socorro Silva Moreira	Sociologia	DE	
Dra. Gisela Macambira Villacorta	Antropologia	DE	
Dra. Joseline Simone Barreto Trindade	Antropologia	DE	
Dra. Marilza Sales Costa	Ciência Política	DE	
M. Sc. Raimundo Wanderley Correa Padilha	Educação	DE	-
M. Sc. Simone Cristina Contente Padilha	Metodologia	DE	Afastamento

\* A Prof.<sup>a</sup> Simone Contente está temporariamente afastada para realização de seu Doutorado em Economia na UFRRJ e foi substituída, em 2016, pela Prof<sup>a</sup> Ms. Vanessa Frazão, contratada através de Processo Seletivo Simplificado.

### **8.2 Técnicos**

A FACSAT conta, desde o primeiro semestre de 2015, com um TAE (Técnico Administrativo em Educação) concursado e dedicado à organização administrativa da Faculdade junto à Direção e Coordenações de Curso.

## QUADRO 2: Relação de Técnicos da Facsat

Rudson Resplandes Orlando	Graduando em Engenharia de Minas e Meio Ambiente (Unifesspa)
---------------------------	--

A FACSAT conta com um discente bolsista que executa tarefas limitadas, como organização do arquivo e atendimento aos discentes do curso.

Temos a demanda de um segundo TAE para que possamos dar conta das incontáveis tarefas, particularmente acumuladas pela total ausência TAEs desde a fundação da FACSAT, ausência essa que foi apenas parcialmente sanada em março de 2015 com a admissão do Técnico Rudson Resplandes. Para darmos conta do grande volume de tarefas que nos desafia, pleiteamos uma segunda vaga para um TAE. Assim poderemos dividir as tarefas entre a parte especificamente acadêmica – registro dos alunos, organização de eventos acadêmicos intra e extra-salas, organização das atividades de estágio, etc. –, e outra parte para os aspectos especificamente administrativos – compromissos da Faculdade com as Pró-reitorias e outras instâncias da Administração Superior, comunicação com outras Faculdades e Institutos, registro das atividades nos sistemas eletrônicos, demanda de materiais e serviços, controle de gastos e prestação de contas, organização dos arquivos passados, etc.

### 8.3 Instalações

A Faculdade de Ciências Sociais está localizada no Campus I da Unifesspa, dispõe de seis (06) ambientes que, por meio de divisórias, foram transformados em treze (13) ambientes de trabalho.

Esses ambientes de trabalho estão do seguinte modo divididos: três (3) salas de aula, cinco (5) gabinetes de trabalho à disposição de todo o corpo docente, duas (2) salas para as Coordenações de curso e Diretoria e Vice-diretoria da Faculdade; uma (1) Sala de convívio dos Professores; uma (1) sala reservada para o trabalho de nosso(s) técnico(s) administrativo(s) em Educação e também para o atendimento ao público; e um (1) espaço onde projetamos organizar uma sala de estudos e informática para nosso corpo discente. Edificação que fica em frente às Salas 04 e 05 da Unidade I do Campus Marabá, onde pretendemos contar com 10 computadores “all-in-one”, mesas de estudos e bolsistas encarregados de administrar os equipamentos para uso didático nas aulas e para as pesquisas individuais dos discentes. Todos esses espaços têm como finalidade precípua o desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas do Bacharelado em Ciências Sociais.

Dispomos de cinco (5) gabinetes de trabalho docentes, dois em uma sala e três em outra, para atender ao leque de atividades docentes que acontecem no espaço acadêmico, incluindo-se aqui orientações, preparação de aula, pesquisa e produção científica, empréstimo do espaço para bolsistas dos docentes, etc.

A sala de docentes da FACSAT – onde ocorrem as reuniões de trabalho do Conselho da Faculdade e do Núcleo Docente Estruturante – está localizada junto à Secretaria, dispondo de uma mesa e 12 cadeiras.



A Faculdade dispõe de espaços físicos em uso e demanda de ampliação conforme o quadro 3 a seguir:

**QUADRO 3:** Relação de Salas da Facsat

SITUAÇÃO ATUAL	QUANTIDADE	DEMANDA
Salas de aula	03	06
Salas para Administração	03	03
Sala para reuniões dos docentes	01	01
Sala de apoio a discentes com necessidades especiais	00	01
Biblioteca Setorial	00	01
Sala de Estudos e Informática (em implantação)	01	01
Gabinete de trabalho dos docentes	05	05
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>12</b>

#### 8.4 Recursos

Em uma das salas funciona a Secretaria da Faculdade com (04) mesas, quatro (04) armários, (20) cadeiras e três aparelhos de ar-condicionado. Ao fundo, temos gabinetes próprios para a Coordenação de Curso e a Direção da Faculdade. A FACSAT conta com 3 Datashows, 1 amplificador de som; 3 PCs; 02 notebooks; duas impressoras; além da miscelânea de materiais didáticos e de escritório.

**QUADRO 4:** Lista de Equipamentos da FCSAT

QT	MATERIAL/Equipamento	TOMBO
1	Bebedouro	2015014058
1	Impressora HP P1606dn	2015007106
1	Impressora Samsung	
3	Computadores HP	2015007653
1	Armário 2 PORTAS	
3	Armários de Aço 4 Gavetas	2015012719/2015012693/2015012698
1	Aparelho de Telefone	2015013991
1	Cadeira Cinza de Roda	
2	Cadeiras Cinza de Roda	
1	Ponto de Acesso	213521

1	Notebook Positivo	
2	Notebook Hp	2016006684
3	Datashow	
2	Monitores HP	
1	Monitor Positivo	
1	Computador Positivo	
O2	Estabilizadores	2016001792/2016001791/2015000176
07	Cadeiras Vermelhas	
11	Cadeiras pretas	
3	Cadeiras Pretas com roda	
1	Caixa de som	
6	Mesas	Sem identificação

## **9. REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, José Mariano de. **A educação Superior no Brasil**. São Paulo: Humus, 2006.

EMMI, Maria Emília. **A Oligarquia do Tocantins**. Belém: Paka-Tatú, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2001.

BELTRÃO, J.F; Monteiro Brito Filho; A. Maués. Das ações afirmativas na Universidade Federal do Pará. Disponível in [https://www.upf.edu/dhes-alfa/events/docs\\_brasilia/UFPA.pdf](https://www.upf.edu/dhes-alfa/events/docs_brasilia/UFPA.pdf) Acesso 9 de Fev. de 2017. 2013

BRASIL. FUNAI. **Dados Demográficos das Populações Indígenas**. Coordenação Regional da Funai do Baixo Tocantins. 2016

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: < <http://indigenas.ibge.gov.br> > Acesso: setembro de 2016.

FCP - Fundação Cultural Palmares. Portaria 98/2007. Disponível em < <http://www.palmares.gov.br> > Acesso em maio de 2015.

HALL, A. L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Trad.: Jungmann, R. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HEBETTE, Jean. **Cruzando fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I, II, III, e, IV. Belém: Universitária, 1996.

PALHANO, Antônio José Ribas. **Apontamentos educacionais**. São Paulo: Cidade Express, 2007.

PNCSA. Boletim “O direito de dizer Não à Hidrelétrica de Marabá”. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Belém. 2010.

Projeto Político Pedagógico. IFPA Rural. Marabá. 2012

UNB. Análise do Sistema de Cotas para Negros na UNB. Disponível in [http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio\\_sistema\\_cotas.pdf](http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio_sistema_cotas.pdf). Acessado in 10 de fevereiro de 2017. 2013.

## **10. ANEXOS**

**Anexo 1: Ata de aprovação do PPC na Subunidade (Facsat)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS**  
**(FACSAT)**

Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n. Marabá – Pará CEP: 68507-590.  
Telefone: (94) 2101.7106 – Fax: (94) 2101.7106

1  
2  
3  
4

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**CONSELHO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS**  
**SOCIAIS DO ARAGUAIA – TOCANTINS DO DIA**  
**DEZENOVE DE OUTUBRO DE 2016.**

5 Aos dezanove de outubro de dois mil e dezesseis, na sala dos professores da FACSAT, a partir  
6 das 11:00 horas, teve início a reunião extraordinária do Conselho da Faculdade de Ciências  
7 Sociais do Araguaia-Tocantins, com a presença dos (as) docentes, Joseline Simone Barreto  
8 Trindade, diretora da Faculdade, Marilza Sales Costa, Edma Silva Moreira, Raimundo Wanderlei  
9 Correa Padilha, Célia Regina Congílio, Clóves Barbosa, e o secretário acadêmico da Faculdade,  
10 Rudson Resplandes Orlando. Estavam ausentes o professor André Augusto Inoue Oda e a  
11 professora Gisela Macambira Villacorta. A reunião tratou dos seguintes pontos de pauta: 1)  
12 Informes do PPC. 2) Aprovação do PPC do curso de Ciências Sociais Bacharelado. Primeiramente,  
13 a profa. Joseline iniciou a reunião, apresentando os pontos de pauta. Em seguida, deu início ao  
14 primeiro ponto de pauta. Informou a respeito da movimentação do PPC, o qual foi entregue há  
15 uma semana pela PROEG à faculdade para que fosse feita algumas modificações pontuais, e  
16 então, ser enviado novamente para PROEG. Disse também, que circulou o PPC entre os  
17 docentes, para que dessem suas devidas contribuições, e assim poder concluir a versão final do  
18 projeto. No segundo ponto de pauta, foi apresentado o PPC pronto, com todas as modificações  
19 que deveriam ser feitas, e finalizado para encaminhamento à PROEG, e demais instâncias. Após  
20 esclarecimentos, o PPC foi apreciado e aprovado por todos. Nada mais, havendo a tratar, a  
21 reunião foi encerrada, e eu, Rudson Resplandes Orlando, lavrei esta ata que está assinada por  
22 todos os presentes.

23

Marabá, 19 de outubro de 2016.

24 Clóves Barbosa

25 Marilza Sales Costa \_\_\_\_\_

26 Édma do Socorro Silva Moreira

27 Célia Regina Congílio

28 Joseline Simone Barreto Trindade

29 Raimundo Wanderlei Correa Padilha \_\_\_\_\_

30 Rudson Resplandes Orlando (Técnico)

## **Anexo 1.1 Ata de Aprovação na Unidade (ICH)**

## Anexo 2: Desenho Curricular

Atividades Curriculares	Horas	
Epistemologia das Ciências Sociais I	68	Formação Específica
Epistemologia das Ciências Sociais II	68	
Teoria Sociológica I	68	
Teoria Sociológica II	68	
Teoria Sociológica III	68	
Teoria Sociológica IV	68	
Teoria Antropológica I	68	
Teoria Antropológica II	68	
Teoria Antropológica III	68	
Teoria Antropológica IV	68	
Teoria Política I	68	
Teoria Política II	68	
Teoria Política III	68	
Teoria Política IV	68	
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	68	
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV	68	
Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I	68	
Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I	68	
<b>Subtotal de Horas do Eixo de Formação Específica</b>	<b>1360</b>	

Economia Política	68	Formação Complementar
Formação social, econômica e política da Amazônia	68	
Formação social, econômica e política do Brasil	68	
Formação histórica do mundo contemporâneo	68	
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	68	
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	68	
Relações Étnico-Raciais	68	
Leitura e produção textual em Ciências Sociais	68	
Etnologia Indígena	68	
Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	68	
Corpo, Gênero e Sexualidade	68	
Tecnologia, Trabalho e Sociedade	68	
<b>Subtotal de Horas do Eixo de Formação Complementar</b>	<b>816</b>	

Formação Livre I	68	Formação
Formação Livre II	68	
Formação Livre III	68	
Formação Livre IV	68	
Subtotal de Horas do Eixo de Formação Livre	272	

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO LIVRE
Sociedade, Natureza e Educação ambiental
Religião e Sociedade
Teoria e Pesquisa sobre Violência
Estudos de Povos indígenas
Questões Urbanas: teoria e métodos
Conflitos sociais: terra e território
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil
Instituições Políticas brasileiras
Pensamento Social Brasileiro
Tópicos Temáticos em Antropologia

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	612
Atividades Complementares	140
Total de Carga Horaria do Curso	3200



### Anexo 3: Contabilidade Acadêmica

Responsável pela oferta	Atividades curriculares	Carga Horária			
		Total do período letivo (Semestral, em horas)	Semanal		Total (horas)
			Teórica (horas)	Prática em pesquisa e extensão (horas)	
<b>Eixo de Formação Específica</b>					
FACSAT	Epistemologia das Ciências Sociais I	68	4	0	4
FACSAT	Epistemologia das Ciências Sociais II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica I	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica III	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Sociológica IV	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica I	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica III	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Antropológica IV	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política I	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política II	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política III	68	4	0	4
FACSAT	Teoria Política IV	68	4	0	4
FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	3	1	4
FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	3	1	4
FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	68	3	1	4

FACSAT	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV	68	3	1	4
FACSAT	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I	68	0	4	4
FACSAT	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II	68	0	4	4
	Sub-total de disciplinas obrigatórias do Eixo de Formação Específica	1360	68	12	80

#### Eixo de Formação Complementar

ICH e IEDAR	Economia Política	68	3	1	4
ICH e IEDAR	Formação social, econômica e política da Amazônia	68	3	1	4
ICH e IEDAR	Formação social, econômica e política do Brasil	68	3	1	4
ICH e IEDAR	Formação Histórica do mundo Contemporâneo	68	3	1	4
FACSAT	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	68	0	4	4
FACSAT	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	68	0	4	4
ICH	Relações Étnico-Raciais	68	2	2	4
ICH	Leitura e produção textual	68	2	2	4
FACSAT	Etnologia indígena	68	2	2	4
ICH	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68	2	2	4
ICH	Estado, Movimentos sociais e políticas públicas	68	2	2	4
ICH	Tecnologia, Trabalho e Sociedade	68	2	2	4
	Sub-total de disciplinas obrigatórias do Eixo de Formação Complementar	816	24	24	48

### Eixo de Formação Livre

-ICH	Formação Livre I	68	-	-	-
ICH	Formação Livre II	68	-	-	-
ICH	Formação Livre III	68	-	-	-
ICH	Formação Livre IV	68	-	-	-
	Subtotal das disciplinas do Eixo de Formação Livre	272	-	-	-

### Disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre

ICH	Religião e Sociedade	68	2	2	4
ICH	Teoria e Pesquisa sobre Violência	68	2	2	4
ICH	Estudos de Povos Indígenas	68	2	2	4
ICH	Questões urbanas: Teorias e Métodos	68	2	2	4
ICH	Instituições Políticas Brasileiras	68	2	2	4
ICH	Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68	2	2	4
ICH	Pensamento Social Brasileiro	68	2	2	4
ICH	Tópicos Temáticos em Antropologia	68	2	2	4
ICH	Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68	2	2	4

ICH	Conflitos Sociais: Terra e Território	68	2	2	4
ICH	Sociologia da educação	68	2	2	4
ICH	Antropologia da educação	68	2	2	4

Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	612
Atividades Complementares	140
Total de Carga Horária do Curso	3200

#### Anexo 4: Atividades curriculares por período letivo

PERÍODOS	DISCIPLINAS	CH
1º PERÍODO	Teoria Sociológica I	68h
	Teoria Antropológica I	68h
	Teoria Política I	68h
	Epistemologia das Ciências Sociais I	68h
	Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais	68h
<b>TOTAL</b>		<b>340h</b>
2º PERÍODO	Teoria Sociológica II	68h
	Teoria Antropológica II	68h
	Teoria Política II	68h
	Epistemologia das Ciências Sociais II	68h
	Economia Política	68h
<b>TOTAL</b>		<b>340h</b>
3º PERÍODO	Teoria Sociológica III	68h
	Teoria Antropológica III	68h
	Teoria Política III	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais I	68h
	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	68h
<b>TOTAL</b>		<b>340h</b>
4º PERÍODO	Teoria Sociológica IV	68h
	Teoria Antropológica IV	68h
	Teoria Política IV	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais II	68h
	Formação Histórica do Mundo Contemporâneo	68h
<b>TOTAL</b>		<b>340h</b>
5º PERÍODO	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	68h
	Formação Social, econômica e política da Amazônia	68h
	Etnologia Indígena	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais III	68h
	Relações Étnico-Raciais	68h
<b>TOTAL</b>		<b>340h</b>
6º PERÍODO	Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	68h
	Formação Livre I	68h
	Formação Livre II	68h
	Métodos e Técnica de Pesquisa nas Ciências Sociais IV	68h
	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	68h

<b>TOTAL</b>		<b>340h</b>
7º PERÍODO	Formação Livre III	68h
	Formação Livre IV	68h
	Trabalho, Tecnologia e Sociedade	68h
	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68h
	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais	68h
<b>TOTAL</b>		<b>340</b>
8º PERÍODO	Diálogos de Pesquisa Ciências II	<b>68h</b>
	Trabalho de Conclusão de Curso I	<b>272h</b>
<b>TOTAL</b>		<b>340h</b>
9º PERÍODO	Trabalho de Conclusão de Curso II	340h
TOTAL		<b>340h</b>
<b>SUBTOTAL</b>		<b>3.060H</b>
	Atividades complementares	140h
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.200h</b>

### Disciplinas da Formação Livre

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CH</b>
Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68
Religião e Sociedade	68
Teoria e Pesquisa Sobre Violência	68
Estudos de Povos indígenas	68
Questões urbanas: teoria e métodos	68
Questões agrárias	68
Sistemas partidários e eleitorais no Brasil	68
Instituições políticas brasileiras	68
Pensamento Social Brasileiro	68
Tópicos Temáticos em Antropologia I	68

## Anexo 5: Demonstrativo das atividades curriculares por competências e habilidades

### trabalhadas

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica

Competência 2: Autonomia intelectual

Competência 3: Capacidade analítica

Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social

Competência 5: Compromisso social

Competência 6: Competência na utilização da informática

Disciplinas	Principais competências e habilidades trabalhadas e avaliadas
Epistemologia das Ciências Sociais I	01, 02, 03
Epistemologia das Ciências Sociais II	01, 02, 03
Teoria Sociológica I	01, 02, 03
Teoria Sociológica II	01, 02, 03
Teoria Sociológica III	01, 02, 03
Teoria Sociológica IV	01, 02, 03
Teoria Antropológica I	01, 02, 03
Teoria Antropológica II	01, 02, 03
Teoria Antropológica III	01, 02, 03
Teoria Antropológica IV	01, 02, 03
Teoria Política I	01, 02, 03
Teoria Política II	01, 02, 03
Teoria Política III	01, 02, 03
Teoria Política IV	01, 02, 03
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais IV	01, 02, 03, 04, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	02, 03, 04, 05, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	02, 03, 04, 05, 06
Formação social, econômica e política da Amazônia	01, 02, 03, 05
Formação social, econômica e política do Brasil	01, 02, 03, 05
Formação social, econômica e política do mundo contemporâneo	01, 02, 03, 05
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 05, 06
Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 05, 06
Relações étnico-raciais	01, 02, 03, 05

Etnologia indígena	01, 02, 03, 04, 05
Estado, movimentos sociais e políticas públicas	01, 02, 03, 04, 05
Tecnologia, trabalho e sociedade	01, 02, 03, 04, 05
Corpo, gênero e sexualidade	01, 02, 03, 04, 05
Leitura e produção textual	02, 03
Economia política	01, 02, 03
Teoria e pesquisa sobre o mundo do trabalho	01, 02, 03, 04, 05
Teoria e pesquisa sobre religiões	01, 02, 03, 04, 05
Teoria e pesquisa sobre educação	01, 02, 03, 04, 05
Teoria e pesquisa sobre movimentos sociais	01, 02, 03, 04, 05
Teoria e pesquisa sobre violência	01, 02, 03, 04, 05
Questões agrárias	01, 02, 03, 04, 05
Questões urbanas	01, 02, 03, 04, 05
Questões indígenas	01, 02, 03, 04, 05
Corpo, gênero e sexualidade	01, 02, 03, 04, 05
Instituições políticas brasileiras	01, 02, 03, 04, 05
Sistemas partidários e eleitorais no Brasil	01, 02, 03, 04, 05
Pensamento social brasileiro	01, 02, 03, 04, 05
Tecnologia e sociedade	01, 02, 03, 04, 05, 06
Sociedade, natureza e educação ambiental	01, 02, 03, 04, 05



## Anexo 6: Quadro de equivalências entre componentes curriculares antigos e novos (abrange as turmas 2013 e anteriores)

LICENC. + BACH - Turma 2013 pra trás	Lic. 2014-2015	Novo Bacharelado	Nova Licenciatura
Leitura e Produção Textual	ok.	Leitura e produção textual em Ciências Sociais	Leitura e produção textual em Ciências Sociais
Fundamentos do Conhecimento Científico	ok.	Epistemologia das Ciências Sociais I	Epistemologia das Ciências Sociais I
Fundamentos das Ciências Sociais	Introdução às Ciências Sociais	Epistemologia das Ciências Sociais II	Epistemologia das Ciências Sociais II
Fundamentos Filosóficos da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Formação Histórica do Pensamento Político Social Brasileiro	Pensamento social brasileiro	Pensamento social brasileiro [Eixo de formação livre]	Pensamento social brasileiro [Eixo de formação livre]
Sociologia Durkheimiana	Teoria sociológica I	Teoria sociológica I	Teoria sociológica I
Teorias Políticas Clássicas I	Teoria política I	Teoria política I	Teoria política I
Teorias Antropológicas	Teoria antropológica II	Teoria antropológica II	Teoria antropológica II
Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais I	(não há equivalente)	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I
Economia Política I	(não há equivalente)	Economia política	Economia política
Teorias Sociológicas da Educação	Sociologia da educação	Sociologia da educação [Eixo de formação livre]	Sociologia da educação
Economia Política II	(não há equivalente)	Economia política	Economia política
Teorias Políticas Clássicas II	Teoria política II	Teoria política II	Teoria política II
Estatística Aplicada às Ciências Sociais	Estatística descritiva para as Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II
Diversidade Cultural Brasileira	Teoria antropológica I	Teoria antropológica I	Teoria antropológica I
Sociologia Weberiana	Teoria sociológica II	Teoria sociológica II	Teoria sociológica II
Organização Social e Parentesco	Etnologia indígena e políticas indigenistas	Etnologia indígena	Etnologia indígena
Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas no Brasil	(não há equivalente)	Estado, movimentos sociais e políticas públicas	Estado, movimentos sociais e políticas públicas
Psicologia da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Antropologia Educacional	ok.	Antropologia da educação [Eixo de formação livre]	Antropologia da educação
Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais II	(não há equivalente)	LAPEx I - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciê	(não há equivalente)
Didática Geral	Didática do ensino nas Ciências Sociais	(não há equivalente)	Didática
Teorias Políticas Contemporâneas	ok.	Teoria política IV	Teoria política IV
Tecnologia e Sociedade	ok.	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação li
Geografia Humana e Econômica: Meio Ambiente e Sociedade	Formação histórica e social da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia
Sociologia Marxista	Teoria sociológica III	Teoria sociológica III	Teoria sociológica III
Antropologia da Religião	(não há equivalente)	Religião e sociedade [Eixo de formação livre]	Religião e sociedade [Eixo de formação livre]
Sociologia do Trabalho	(não há equivalente)	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação li
Teoria Sociológica Contemporânea	ok.	Teoria sociológica IV	Teoria sociológica IV
Política Brasileira	(não há equivalente)	Instituições políticas brasileiras [Eixo de formação li	Instituições políticas brasileiras [Eixo de formação livr
Estágio de Docência I	Estágio supervisionado de docência I	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência I
Sócia-Antropologia Rural	Sociologia rural	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação I
Etnologia Indígena	Etnologia indígena e políticas indigenistas	ok.	ok.
Sociologia Econômica	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Política Educacional	ok.	(não há equivalente)	ok.
Estágio de Docência II	Estágio supervisionado de docência II	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência II
Socio-Antropologia Urbana	Sociologia urbana	Questões urbanas: teorias e métodos [Eixo de forma	Questões urbanas: teorias e métodos [Eixo de forma
Sistemas partidários e eleitorais no Brasil	(não há equivalente)	Sistemas partidários e eleitorais no Brasil [Eixo de fo	Sistemas partidários e eleitorais no Brasil [Eixo de fo
Políticas e Relações Internacionais	Formação histórica do mundo contemporâneo	Formação histórica do mundo contemporâneo	Formação histórica do mundo contemporâneo
Antropologia Econômica	Teoria antropológica III	Teoria antropológica III	Teoria antropológica III
Estágio de Docência III	Estágio supervisionado de docência III	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência III
Tópicos Temáticos em Ciências Sociais	(não há equivalente)	LAPEx II - Laboratório de pesquisa e extensão em Ciê	(não há equivalente)
Estágio de Docência IV	Estágio supervisionado de docência IV	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência IV
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	ok.	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusã	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusã
Fundamentos da Educação Especial/Linguagem Brasileira de	ok.	(não há equivalente)	ok.

## Anexo 7: Quadro de equivalências entre componentes curriculares antigos e novos de Licenciatura (abrange as turmas 2014 e 2015)

LICENCIATURA - Turmas 2014 e 2015	Novo Bacharelado	Nova Licenciatura
Introdução às Ciências Sociais	Epistemologia das Ciências Sociais I	Epistemologia das Ciências Sociais I
Fundamentos do Conhecimento Científico	Epistemologia das Ciências Sociais II	Epistemologia das Ciências Sociais II
Fundamentos Filosóficos da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Formação Histórica do Mundo Contemporâneo	ok.	ok.
Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais	ok.	ok.
Teoria Sociológica I	ok.	ok.
Teoria Antropológica I	ok.	ok.
Teoria Política I	ok.	ok.
Formação Histórica e Social do Brasil	Formação social, econômica e política do Brasil	Formação social, econômica e política do Brasil
Estatística Descritiva para as Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II
Teoria Sociológica II	ok.	ok.
Teoria Antropológica II	ok.	ok.
Teoria Política II	ok.	ok.
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais I	LAPEX I - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciências Sociais	(não há equivalente)
Sociologia da Educação	ok. [Eixo de formação livre]	ok.
Teoria Sociológica III	ok.	ok.
Teoria Antropológica III	ok.	ok.
Teoria Política III	ok.	ok.
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais II	LAPEX II - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciências Sociais	(não há equivalente)
Antropologia Educacional	Antropologia da educação [Eixo de formação livre]	Antropologia da educação
Teorias Sociológicas Contemporâneas	Teoria sociológica IV	Teoria sociológica IV
Teorias Antropológicas Contemporâneas	Teoria antropológica IV	Teoria antropológica IV
Teorias Políticas Contemporâneas	Teoria política IV	Teoria política IV
Estágio Supervisionado de Docência I	(não há equivalente)	ok.
Tecnologia e Sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação livre]
Pesquisa Educacional	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Política Educacional	(não há equivalente)	ok.
Psicologia da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Pensamento Social Brasileiro	ok. [Eixo de formação livre]	ok. [Eixo de formação livre]
Estágio Supervisionado de Docência II	(não há equivalente)	ok.
Etnologia Indígena e Políticas Indigenistas	Etnologia indígena	Etnologia indígena
Sociologia Rural	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação livre]	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação livre]
Didática do Ensino das Ciências Sociais	(não há equivalente)	Didática
Formação Histórica e Social da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia
Estágio Supervisionado de Docência III	(não há equivalente)	ok.
História e Cultura Afro-Brasileira	Relações étnico-raciais	Relações étnico-raciais
Sociologia Urbana	Questões urbanas: teoria e métodos [Eixo de formação livre]	Questões urbanas: teoria e métodos [Eixo de formação livre]
Sociologia da Infância e Adolescência	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais	(não há equivalente)	ok.
Estágio Supervisionado de Docência IV	(não há equivalente)	ok.
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão de Curso	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão de Curso

### Anexo 8: Representação Gráfica do Desenho Curricular

	Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3	Disciplina 4	Disciplina 5
1º semestre	Teoria Sociológica I	Teoria Antropológica I	Teoria Política I	Epistemologia das Ciências Sociais I	Leitura e Produção textual nas Ciências Sociais
2º semestre	Teoria Sociológica II	Teoria Antropológica II	Teoria Política II	Epistemologia das Ciências Sociais II	Economia política
3º semestre	Teoria Sociológica III	Teoria Antropológica III	Teoria Política III	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais I	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I
4º semestre	Teoria Sociológica IV	Teoria Antropológica IV	Teoria Política IV	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais II	Formação Histórica do Mundo Contemporâneo
5º semestre	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	Formação Social, Econômica e Política da Amazônia	Etnologia Indígena	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais III	Relações Étnico-Raciais
6º semestre	{Formação Livre I}	[Formação Livre II]	Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais IV	Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II
7º semestre	[Formação Livre IV]	[Formação Livre IV]	Tecnologia, Trabalho e Sociedade	Corpo, Gênero e Sexualidade: Teorias e Métodos	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I
8º semestre	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II
9º semestre	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC	Elaboração do TCC

## Anexo 9: Ementas das Disciplinas Curriculares

### EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

#### Epistemologia das Ciências Sociais I

Ementa: Fundamentos filosóficos do conhecimento humano. Aspectos da visão de ser humano, sociedade, economia, cultura e educação que contribuíram para fundamentar e subsidiar a produção de conhecimentos nas Ciências Sociais.

#### Bibliografia básica

ARISTÓTELES. Tópicos. Dos argumentos sofísticos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1987.  
\_\_\_\_\_. Poética, Organon, Política. Constituição de Atenas. São Paulo: Nova Cultural, 2004.  
KANT, I. Crítica da razão pura. Vol I e Vol. II, 3ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

#### Bibliografia complementar

BACON, F. Novum organon ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. 2. ed. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2008.  
HUSSERL. E. Investigações lógicas (Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2005.  
MARX, K. Para a crítica da economia política. Coleção os pensadores. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2005.  
REALE, G. Aristóteles. Metafísica. Volume I, II e III. São Paulo: Loyola, 2005.

#### Epistemologia das Ciências Sociais II

Ementa: As Ciências Sociais no contexto da modernidade. As principais contribuições de seus antecessores. A construção do objeto nas Ciências Sociais e seus conceitos fundamentais.

#### Bibliografia básica

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J.-C., PASSERON, J.-C. Ofício de sociólogo. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015.  
COMTE, A. Discurso sobre o espírito positivo. (Coleção Os pensadores). São Paulo: Abril, Nova Cultural, 2005  
ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril, Nova Cultural, 2005

#### Bibliografia complementar

BERGER, P. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 36ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014  
COELHO, R. Indivíduo e sociedade na teoria de Auguste Comte. São Paulo: Perspectiva, 2005  
FERNANDES, F. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1978.  
MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007  
STAROBINSKI, J. Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

#### Teoria Sociológica I

Ementa: Fundamentos do pensamento sociológico na tradição da sociologia brasileira. Panorama da obra do sociólogo Émile Durkheim. Evolução do pensamento durkheimiano: teoria, método e estudos de

caso. Contexto histórico-político francês no século XIX e começo do século XX. A fundação de uma nova disciplina científica e seus percalços. O suicídio e as religiões ditas “primitivas”. Evolução de suas formulações éticas e políticas

### **Bibliografia básica**

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015

DURKHEIM, E. Regras do método sociológico. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015

### **Bibliografia complementar**

ALEXANDER, J. (ed) Durkheimian sociology: cultural studies. Cambridge University Press, 1990

DURKHEIM, E. Lições de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

DURKHEIM, E. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015

DURKHEIM, E. Sociologia e filosofia. Bauru: EDIPRO, 2015

GIDDENS, A. Política, sociologia e teoria social. São Paulo: Editora da UNESP, 1998

## Teoria Sociológica II

Ementa: Conceitos fundamentais da sociologia de Max Weber. Contexto histórico alemão e europeu do final do século XIX e começo do XX. Crítica do racionalismo moderno, teoria do conhecimento e sociologia compreensiva, sociologia histórica, sociologia da ação, sociologia política e da dominação, dilemas éticos na cultura moderna.

### **Bibliografia básica**

WEBER, M. Economia e sociedade (volume 1): fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Barbosa, R. e Barbosa, K. E. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009

WEBER, M. Economia e sociedade (volume 2): fundamentos da sociologia compreensiva (Volume 2). Tradução: Barbosa, R. e Barbosa, K. E. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009

WEBER, M. Ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

### **Bibliografia complementar**

- MARCUSE, H. Cultura e sociedade, vol. II. Traduzido por Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro e Robespierre de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998
- WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 14ª edição. Tradução Hegenberg, L. & Mota, O. S. São Paulo: Cultrix, 2007
- WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. 17ª edição. São Paulo: Cultrix, 2015
- WEBER, M. Textos selecionados (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Organizador: Gabriel Cohn. 6ª edição. São Paulo: Ática, 1997
- WEBER, Marianne S.. Max Weber: uma biografia. Casa Jorge Editorial, 2003

### **Teoria Sociológica III**

Ementa: Fontes constitutivas do materialismo histórico dialético. A constituição da sociedade em classes, os processos sociais de conflito e antagonismo, as relações entre Estado e classes sociais. Crítica marxista ao modo de produção e reprodução social da sociedade capitalista. A concepção do Estado no materialismo histórico e dialético.

### **Bibliografia básica**

- MARX, K. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

### **Bibliografia complementar**

- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, K. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2010.

### **Teoria Sociológica IV**

Ementa: Sociólogos eminentes dos séculos XX e XXI que condicionam os debates contemporâneos na área da sociologia. O novo pensamento social posterior da Segunda Guerra Mundial; as diferentes críticas da razão no século XX e os processos históricos da modernidade na leitura desses autores; a teoria dos campos e as novas leituras sociológicas dos conflitos sociais.

### **Bibliografia básica**

- ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes (vol. I). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 7ª edição. Trad.: F. Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

### **Bibliografia complementar**

- ADORNO T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução: Kern, D. & Teixeira, G. J. F. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- ELIAS, N. O processo civilizador: formação do estado e civilização (vol. II). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 15ª edição; organizado e traduzido por R. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000
- WACQUANT, L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: F. Bastos, 2001

### **Teoria Antropológica I**

Ementa: O processo de formação da Antropologia. Panorama das suas perspectivas fundamentais (evolucionismo, funcionalismo, culturalismo, estruturalismo). Conceitos-chave da antropologia: cultura e sociedade, raça, alteridade, desigualdade, etnocentrismo, relativismo cultural, diferença e identidade, discutindo brevemente a relação entre a antropologia e outras disciplinas (a Antropologia e seus espelhos).

### **Bibliografia básica**

- BOAS, F. Antropologia cultural. 6ª edição. Editora Zahar, 2010
- CASTRO, C. (Org.) Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Jorge Zahar Editor, 2012
- MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril, 1977. (Coleção Os Pensadores)

### **Bibliografia complementar**

- HARRIS, M A natureza das coisas culturais. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1968.
- LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- LARAIA, R. Cultura: um conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Partes I e II). Mana 3(1): 41-73, 1997
- TAX, S. (org.). Panorama da Antropologia. Brasil: Fundo Cultural, 1996.

## Teoria Antropológica II

Ementa: A consolidação da Antropologia no campo das Ciências Sociais. As especificidades da abordagem antropológica. A tradição antropológica: os clássicos e suas perguntas sobre o homem, a cultura e a sociedade.

### Bibliografia básica

LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 2015

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. São Paulo: Cosac & Naify, 2013

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. edição resumida e introdução Eva Gillies; tradução Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

### Bibliografia complementar

DOUGLAS, M. Pureza e perigo. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

DURKHEIM, E. e MAUSS, M. Sobre algumas formas primitivas de classificação. In: Durkheim, E. Sociologia, Rodrigues, J.A. (org.), Editora Ática, 1984

EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 2014

LEVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural I. São Paulo: Cosac & Naify, 2013

VIVEIROS DE CASTRO, E. Antropologia do Parentesco - Estudos Ameríndios, Rio de Janeiro, UFRJ, 1995

## Teoria Antropológica III

Ementa: A diversidade de perspectivas e enfoques da antropologia. Contribuições da Antropologia para análise da sociedade. Processo de formação da antropologia e suas principais abordagens teóricas. Principais tradições teóricas da antropologia clássica da primeira metade do século XX. As principais tendências recentes da Antropologia, com ênfase nas abordagens que marcam a Antropologia a partir da década de 1960.

### Bibliografia básica

MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo, Coleção Os Pensadores, Ed. Victor Civita. 1984

MEAD, Margareth. Sexo e temperamento. São Paulo. 1988.ed. Perspectiva

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008

### Bibliografia complementar

LEVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. 8ª edição. Trad.: Pellegrini, T. Campinas: Papyrus, 1989

LEVI-STRAUSS, C. Tristes trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

LEVI-STRAUSS, C. O cru e o cozido. Mitológicas I. São Paulo: Cosac & Naify, 2014

DUMONT, L. Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo, EDUSP, 1992



#### Teoria Antropológica IV

Ementa: Panorama do pensamento antropológico após a segunda guerra mundial. As diferentes teorias da cultura e a diversificação dos paradigmas antropológicos em reação às escolas clássicas. Teoria antropológica a partir da repercussão e da revisitação da antropologia feita até a primeira metade do século XX. Proposições para as antropologias processuais, históricas, interpretativas e simbólicas. As críticas pós-coloniais e as novas expressões da antropologia. O estruturalismo, os paradigmas clássicos e o método etnográfico a partir das fronteiras entre a(s) antropologia(s) e outras disciplinas. Desdobramentos mais recentes da teoria antropológica: a antropologia interpretativista de Clifford Geertz, as discussões metodológicas da antropologia pós-moderna, a revisitação contemporânea de temas constituintes da disciplina, tais como natureza e cultura, indivíduo e sociedade e as possibilidades de uma antropologia reflexa ou/e simétrica.

#### **Bibliografia básica**

SAHLINS, M. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

STHARTEN, Marlyn. O Efeito Etnográfico e outros Ensaios. São Paulo. Ed. Cosac Naify,

WAGNER, Roy. A invenção da Cultura. São Paulo .Cosac Naify, 2010.256 p.

#### **Bibliografia complementar**

AUGÉ, Marc. Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Edusp/Perspectiva, 1997.

CLIFFORD, J. A experiência etnográfica, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 12ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015

GODELIER, M. Enigma do Dom. Ed. Civilização Brasileira.2001

SAHLINS, M. Cultura e razão prática. Tradução: Lamarão, S. T. N. São Paulo: Zahar, 2006

#### Teoria Política I

Ementa: Abordagens clássicas e contemporâneas sobre Democracia, Regimes políticos e Formas de Governo. Apresenta uma gênese da evolução da cidade-estado, suas instituições jurídicas, familiares, econômicas, culturais, políticas. Destaca ainda a formação e desenvolvimento da tradição filosófica ocidental, no exame do pensamento pré-socrático e na análise de obras importantes de Platão e Aristóteles e suas diferenças em relação ao pensamento político moderno.

#### Bibliografia básica:

- ARISTÓTELES. S. A Política. Editora da Universidade de Brasília – Brasília, 1985.  
MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Prefácio de R. Aron. São Paulo: Martins Fontes, 1999.  
PLATÃO. A República. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015

#### Bibliografia complementar

- ARENDT, H. A condição humana. 9ª edição. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999  
BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2007  
BOBBIO, N. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000.  
WEFFORT, F. (org.). Os Clássicos da Política, vol. I. 13ª edição. São Paulo, Ática, 2004  
WEFFORT, F. (org.). Os Clássicos da Política, vol. II. 13ª edição. São Paulo, Ática, 2004

### Teoria Política II

Ementa: Origens do pensamento político moderno. A construção do objeto da Ciência Política. Os pensamentos Jusnaturalistas e Contratualistas: primeiras teorias políticas modernas acerca da natureza do Estado.

#### Bibliografia básica

- HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1997.  
LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1997.  
ROUSSEAU, J.J. O contrato social. ( coleção Os Pensadores)

#### Bibliografia complementar

- BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 2005  
BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, N. PASQUINO, G. Dicionário de Política. Vols. I e II, 3a ed., Brasília. UnB, 1991.  
BRUM TORRES, J. C. Figuras do Estado moderno: elementos para um estudo histórico-conceitual das formas fundamentais de representação política no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1989.  
FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010  
LOPES, Marcos Antônio. Para Ler os Clássicos do Pensamento Político. Rio de Janeiro, Editora, 2002.

### Teoria Política III

Ementa: Aspectos teóricos de duas correntes de pensamento político do século XX: a teoria política socialista marxista, o liberalismo político, Max Weber, Mosca, Pareto e Michels.

#### Bibliografia básica:

- BOTTOMORE, T. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1974.  
BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Trad. Correa, M. Campinas: Papirus, 1996  
BOGO, A. Teoria da Organização Política V.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

#### Bibliografia complementar

- ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985  
GRYNSPAN, M. "A teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada". BIB - Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n 41, 1o Sem/1996.  
MICHELS, R. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UNB, 1982.  
WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. 8a ed. São Paulo: Cultrix, 1996.  
LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010

### Teoria Política IV

Ementa: Teorias políticas posteriores à segunda guerra mundial. As transformações no interior da teoria política marxista e a emergência de outros autores que sentarão as bases do pensamento político contemporâneo.

#### **Bibliografia básica:**

- ARENDT, H. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.  
MILIBAND, R. O Estado na sociedade capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.  
POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes. 1972.

#### **Bibliografia complementar**

- ARENDT, H. A condição humana. 9ª edição. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.  
ALTVATER, E. El Estado capitalista contemporâneo. México: Siglo XXI. 1991.  
EASTON, D. Uma teoria da análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.  
LACLAU, E. Política e ideologia na teoria marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.  
MAZOWER, M. Continente sombrio: a Europa no século XX. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2001  
OFFE, C.. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

### Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais I

Ementa: Modelos teóricos-metodológicos e técnicas de pesquisa que envolvem a abordagem qualitativa: observação participante, entrevistas, grupos focais, pesquisa documental.

## Bibliografia básica

### Bibliografia complementar

- ANGROSINO, M. Etnografia e observação participante. (Coleção Pesquisa Qualitativa). Porto Alegre: Artmed, 2011
- FLICK, U. Qualidade na pesquisa qualitativa. (Coleção Pesquisa Qualitativa) Porto Alegre: Editora Artmed, 2008
- LAKATOS, E; MARCONI, M. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1986.
- LAPLATINE, F. A Descrição etnográfica. São Paulo: Terceira-margem, 1943.
- WHYTE, W. F. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

### Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais II

Ementa: Fundamentos da abordagem estatística: conceitos básicos, comparação entre percentuais, frequências e taxas. Amostragem: conceito e plano de amostragem (survey), organização e apresentação dos dados estatísticos em tabelas e gráficos. Elaboração e apresentação de trabalhos práticos, divulgação e debates de estudos e pesquisas estatísticas.

Bibliografia básica:

- KIDDER, Louise H. (Org.). Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I. Delineamentos de pesquisa. 9. ed. São Paulo: EPU, 2005.
- LEVIN, Jack. Estatística aplicada a Ciências Humanas. 2ª ed. São Paulo: HARBRA, 1987.
- RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 2008.

Bibliografia complementar

- ACKOFF. R. O planejamento da pesquisa social. São Paulo: EPU. 1975.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 1988.
- MARTIN, O. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 21, n. 41, 2001.  
Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882001000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#N01#N01](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#N01#N01). Acesso em 28/11/14.

### Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais III

Ementa: Modelos teóricos e de pesquisa que envolva pesquisa qualitativa. Identidade entre sujeito e objeto da pesquisa. Objetividade e subjetividade na produção do conhecimento. Métodos qualitativos (o estudo de caso, a história de vida, pesquisa participante a etnografia). Instrumentos de pesquisa (entrevistas, observação). Da Etnografia: como produzir etnografias; Análise e tratamento de dados qualitativo.

### **Bibliografia básica**

Marcel, Mauss. Manual de Etnografia. Lisboa, Póstico, sd.

OLIVEIRA, M. M. de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo. São Paulo Unesp.paraleleo, 1998

### **Bibliografia complementar**

BRANDÃO, C. R.(org). Pesquisa participante.3ª edição. São Paulo: Brasiliense, sd.

OLIVEIRA, M. M. de. Como fazer Pesquisa Qualitativa. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARBOUR, R. Grupos focais. (Coleção Pesquisa Qualitativa). Artmed, 2011.

Malinowski, Bronislaw. Tema , método e objetivo desta pesquisa in Argonautas do Pacífico Ocidental.São Paulo , Abril Cultural, 1976.

### **Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais IV**

Ementa: Fundamentos da abordagem estatística: conceitos básicos de análise dos dados. Comparação de frequências. Elaboração e aplicação de plano de amostragem, com os respectivos testes, provas, desvios, coeficiente de análise. Organização e apresentação dos dados estatísticos. Elaboração e apresentação de trabalhos práticos, divulgação e debates de estudos e pesquisas estatísticas.

#### Bibliografia básica:

GATTI, B. & FERES, N. L. Estatística básica para ciências humanas. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

LEVIN, J. Estatística aplicada às ciências humanas. Pearson – Universitários Kotler: 2012

RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 1989.

#### Bibliografia complementar

ACKOFF. R. O planejamento da pesquisa social. São Paulo: EPU. 1975.

BLALOCK. H. M. Jr. Estatística social. México: Fondo de Cultura Económica. 1992.

FONSECA. J. S. da E. Estatística aplicada. São Paulo: Atlas. 1976.

HOFFMANN, R. Análise de regressão: uma introdução à economia. São Paulo: HUCITEC. 1998.

KIDDER, L. (Org.). Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I. Delineamentos de pesquisa. São Paulo: EPU. 1987.

PRADO. A. N. Estatística básica para planificação. Rio de Janeiro: Fórum. 1969.

### **Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I**

Avaliação e produção de um Projeto de pesquisa. Revisão bibliográfica. Construção das hipóteses de trabalho. Planejamento para a coleta de dados de análise. Definição de Cronograma de Pesquisa.

### **Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II**

Seminários de pesquisa. Avaliação e apresentação do texto definitivo de Trabalho de Conclusão de Curso.

## EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

### Leitura e Produção textual em Ciências Sociais

Ementa: Ferramentas de compreensão sistêmica, analítica e crítica de textos das Ciências Humanas. Ferramentas para o planejamento e elaboração de textos científicos. As características do texto argumentativo-científico, questões de argumentação e linguagem, coerência textual, coesão textual. O efeito de unidade do texto científico e pedagógico. Prática de produção e redação de textos de diferentes tipologias e gêneros. Fichamento. Resenhas. Resumos. Relatórios. Pareceres. Diagnósticos.

#### **Bibliografia básica**

- BARRAS, R. Os Cientistas precisam escrever. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.  
FALSTICH, E.L.J. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis: Vozes, 1980.  
ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. Campinas: Unicamp, 1988.

#### **Bibliografia complementar**

- GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1998.  
PÉCORA, A. Problemas de redação. São Paulo: Martins Fontes, 1986.  
PENTEADO, J.R. A Técnica da Comunicação Humana. São Paulo: Pioneira, 1986.  
SERAFINI, M.T. Como escrever textos. Rio de Janeiro: Globo, 1974.  
SIGNORINI, I. (Org). Investigando a relação oral/escrito. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

### Formação Social, Econômica e Política da Amazônia

Ementa: História de ocupação da Amazônia. A Amazônia no contexto histórico social e econômico brasileiro: o ciclo da borracha e as relações de trabalho e a constituição diversificada de sua ocupação territorial. A formação da sociedade amazônica. Os grandes projetos na Amazônia e os impactos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais. Problemas locais e globais na contemporaneidade na Amazônia.

#### Bibliografia básica:

- COSTA, M. J. J. (Org.). Sociologia na Amazônia. Debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: UFPA, 2001. p. 71-103.  
HEBETTÉ, J. Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004. 4 v.

PETIT, P. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará. Belém: Editora Paka-Tatu, 2008.

#### Bibliografia complementar

COSTA, F. de A. Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. Belém: NAEA, 2012.

D'INCAO, M. A. & SILVEIRA, I. M. (orgs). A Amazônia e a crise de modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994

OLIVEIRA, A. U. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1989

SANTOS, R. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A.

VELHO, O. G. Frente de expansão e estrutura agrária: estudos do progresso de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972

### Economia política

Ementa: A crítica da economia política por K. Marx: o processo de produção capitalista enquanto processo de trabalho e de valorização, o processo de circulação e o de reprodução do capital, enfatizando os aspectos: de valor de troca, dinheiro e capital e relacionando essa reprodução a transformação das relações econômicas e sociais nas formas de valor e preços.

#### Bibliografia básica:

HOBBSBAWM. E. J. A era do capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARX, K. O capital. Livro I. Volume I, São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MARX, K. O capital. Livro I. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

#### Bibliografia complementar

BEAUD. M. História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense. 1987.

DOBB, M. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GORENDER. J. Introdução da edição brasileira das obras de Marx. São Paulo: Nova Cultural. 1983.

MARX, K. O capital. Livro I. Volume III. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

SWEEZY. P. A teoria do desenvolvimento capitalista. São Paulo: Nova Cultural. 1983.

### Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Ementa: O processo de formação social do Brasil. A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e Colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e o surgimento de novos atores políticos. Inserção e dependência no

sistema capitalista. Modernização conservadora no período pós 64. O fim do milagre. Transição democrática e neoliberalismo. O Brasil do século XXI.

Bibliografia básica:

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 27. ed. São Paulo: Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PRADO JUNIOR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1974

SANTOS, W. G. do. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Bibliografia complementar

CARVALHO, J. M. de. A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

ROUQUIÉ, A. A estado militar na América Latina. São Paulo: Alfa-Omega, 1984

SKIDMORE, T. De Castello a Tancredo, 1964-1985. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SODRÉ, N. W. Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional. Organizado por Sodré, O. IPEA – Instituto de Pesquisa Econ mica Aplicada. Itu: Ottoni Editora, 2010

#### Forma o Histórica do Mundo Contemporâneo

Ementa: O período de transi o do mercantilismo para o capitalismo liberal a partir do no século XVIII até a crise do modelo liberal na terceira década no século XX. Crises e conflitos internacionais. A Guerra Fria, a configura o da nova ordem mundial e seus aspectos econômicos, sociais, cultural e políticos com base na orienta o historiográfica de autores inclinados   história social. O neoliberalismo e a globaliza o do mundo contemporâneo.

Bibliografia básica:

ANDERSON, P. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HARVEY, D. Neoliberalismo: história e implica es. São Paulo: Loyola, 2008.

MAZOWER, M. Continente sombrio: a Europa do século XX. Trad.: Feist, H. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



#### Bibliografia complementar

CALZANS FALCON, F. J. A época pombalina. São Paulo: Ática, 1993.

CASTRO, R. G. de. Relações econômicas internacionais. Brasília: VESTCON, 2000.

FERNANDES, F. Marx e Engels. História. São Paulo: Ática, 2003.

HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14 ed. [São Paulo]: Loyola, 2005.

MELLO, A. F. De. Capitalismo e mundialização em Marx. São Paulo: Perspectiva, 2000

#### Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I

a) Montagem do instrumental para a coleta do material empírico; b) Trabalho de análise, sistematização e revisão bibliográfica sobre temas adjacentes; e c) Produção de relatório parcial. A bibliografia complementar a ser trabalhada, a cada semestre, será discutida e consolidada pelo docente responsável.

#### Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II

a) Montagem do instrumental para a coleta do material empírico; b) Trabalho de análise, sistematização e revisão bibliográfica sobre temas adjacentes; e c) produção de relatório parcial. A bibliografia complementar a ser trabalhada, a cada semestre, será discutida e consolidada pelo docente responsável.

#### Relações Étnico-Raciais

Ementa: Teorias raciais do século XIX e suas consequências no Brasil; Relações raciais e miscigenação; Analisar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Compreender os grupos étnicos e processos de colonização e póscolonização. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação anti-racista. Currículo e política curriculares. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença.

#### Bibliografia básica

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

GUIMARÃES, A. S. Classes, raça e democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à USP, Editora 34, 2002.

SOUZA, J. (org.) Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

### **Bibliografia complementar**

- HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2ª edição. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/Iuperj/Ucam, 2005
- MACHADO, M. H. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Editora da UFRJ/Edusp, 1994
- MATTOS, H. M. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- MUNANGA, K. (1999); Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999
- NOGUEIRA, O. "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". Tempo social – Revista de Sociologia da USP, v.19, n.1, novembro de 2006.

### **Corpo, gênero e sexualidade**

Ementa: O corpo pelas lentes das Ciências Sociais e seus principais questionamentos, em particular as questões de gênero e sexualidade que decorrem dessa novidade teórica. Introdução às abordagens pós-estruturalistas e contextualização histórica dos novos movimentos sociais em todo mundo a partir dos anos 1960-70.

#### **Bibliografia básica:**

- BOURDIEU, P. A dominação masculina. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Aguiar, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad.: Albuquerque, M. T. da C. & Albuquerque, J. A. G. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988
- MAUSS, M. Sociologia e antropologia (Sexta parte: as técnicas do corpo). Precedido de Introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Levi-Strauss. 2ª edição. Trad.: P. Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

#### **Bibliografia complementar**

- FRIEDAN, B. A mística feminina. Petrópolis: Vozes, 1971
- GIDDENS, A. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. Trad.: Lopes, M. São Paulo: Editora da UNESP, 1993
- MEAD, M. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2006
- SCOTT, J. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Rev. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº2, jul/dez 1995.
- SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Tradução de Almeida, S. R. G. et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

## Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas

Ementa: Análise de políticas públicas a partir das concepções de Estado e das políticas sociais que sustentam seus programas de intervenção. A relação entre políticas públicas e as reivindicações dos movimentos sociais históricos.

### Bibliografia Básica

GOHN, M. G. Teorias de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1997.  
[https://books.google.com.br/books?id=h5OeDwqDC9MC&printsec=frontcover&source=gb\\_s\\_slider\\_thumb#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=h5OeDwqDC9MC&printsec=frontcover&source=gb_s_slider_thumb#v=onepage&q&f=false).

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classe Sociais Paulo. Martins Fontes. 1972. Disponível em <http://www.docfoc.com/download/documents/10-poder-politico-e-classes-sociais-nicos-poulantzas>

VIANA, N. Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo. Disponível em <http://2012.nildoviana.com/wp/wp-content/uploads/2012/09/Estado-Democracia-e-Cidadania-Nildo-Viana.pdf>.

### Bibliografia complementar

BOITO JR, A. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

HARVEY, D. Espaços de Esperança. Cap. 5: Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais (p.105 a 131). São Paulo: Loyola, 2004.

MÉSZAROS, I. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo 2003.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Acesso em <http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/3565>

## Tecnologia, Trabalho e Sociedade

Ementa: Tecnologia enquanto relação social fundamental. Desenvolvimento social, tecnologia e cultura. Processos de mudança tecnológica, seus impactos sobre a sociedade e as novas relações estabelecidas no mundo do trabalho.

### **Bibliografia Básica**

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed., 2002

HARVEY, David. Condição pós-moderna uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural 22 ed., 2012

SCHAFF, Adam. A Sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. 1990

### **Bibliografia Complementar**

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6 ed., 1999

CASTELLS, Manuel. Fim de milênio. 1999

SCHAFF, Adam. História e verdade. 5 ed., 1991

MARX, Karl. Grundrisse manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. 2011

LOJKINE, J. A Revolução informacional. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

### **Etnologia Indígena**

Ementa: Noções de etnologia indígena. Organização social e política indígena. Terras e territórios indígenas. Educação Escolar Indígena e Ensino Superior. Saúde dos povos indígenas no Brasil. Povos indígenas no Brasil e políticas indigenistas. Identidade étnica, etnicidade e etnogêneses. Arte indígena. Economia indígena e Etnodesenvolvimento. Cosmologia, mito e identidade étnica. Etnografias de povos indígenas no Brasil.

### **Bibliografia Básica**

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. "Regime dos aldeamentos missionários (1549-1755)". In: A presença indígena na formação do Brasil. (Introdução). Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, pp.: 17-61.

LUCIANO, Gersm dos Santos. "Quem são e quantos são os índios no Brasil". In: O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

### **Bibliografia complementar**

- SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Batalha. Terras e territórios indígenas no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 12, n.1-2, p. 101-114, 1979.
- OLIVEIRA, Roberto. "Identidade étnica, identificação e manipulação". In: Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo, Pioneira, 1976. BARTH, F. 2000.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. "As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político". Mana 12(1): 39-68. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104).
- LUCIANO, Gersem dos Santos. "Economia Indígena". In: O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação

## EIXO DE FORMAÇÃO LIVRE

### Sociedade, Natureza e Educação Ambiental

Ementa: Introdução às diferentes abordagens das Ciências Sociais acerca da relação entre homem e natureza, com foco nas questões ambientais da contemporaneidade, na emergência do ativismo ambientalista e a incorporação desses discursos pelos diferentes agentes sociais: desde empresas, o poder público, até movimentos sociais. Aprofundamento teórico-prático na temática das relações entre sociedade e natureza, e preparação dos discentes para a ação e educação ambientais.

#### Bibliografia básica:

- LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- LOUREIRO, V. R. Amazônia: Estado - homem - natureza. Belém: CEJUP, 1992.
- HEBETTÉ, J. Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004. 4 v.

#### Bibliografia complementar

- ALONSO, A. & COSTA, V. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, n.53, 1º semestre, 2002
- GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2012.
- GRÜN, M. Em busca da dimensão ética da educação ambiental. São Paulo: Parirus, 2007.
- BECKER, B. K. A Urbe amazônida: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- MARTINS, J.P. de A. Educação ambiental crítica e formação de docentes fundada na investigação-ação e na parceria colaborativa. Tese. Piracicaba-SP, 2016.

### Religião e Sociedade

Ementa: Quadro geral das grandes questões ligadas à temática “religião”, tradicionalmente estudadas tanto pela Antropologia quanto pela Sociologia. Pesquisas sobre religiosidades na Amazônia. Religião e modernidade, religião e espaço público, ensino religioso, laicidade, Xamanismo urbano, Nova Consciência Religiosa, Santo Daime e Rastafarianismo.

### **Bibliografia Básica**

- DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Edições Paulinas, 1989
- GEERTZ, Clifford. "A religião como sistema cultural". In: \_\_\_\_\_. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WEBER, Max. A ética protestante e o "Espírito do Capitalismo". Edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

### **Bibliografia Complementar**

- ALVES, Rubem. O que é religião. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BEZERRA, Débora Andrade. O Movimento Rastafari: Da Jamaica para Identidade e Cultura em Fortaleza. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, 2012.
- EVANS-PRITCHARD, E. Bruxaria, oráculos e magia entre os azande. Rio de Janeiro: Zahar, 2005
- LEVI-STRAUSS, Claude. "O feiticeiro e sua magia"; "A eficácia simbólica". In: \_\_\_\_\_. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

### Teoria e pesquisa sobre violência

Ementa: Introdução aos trabalhos consagrados das Ciências Sociais brasileiras e estrangeiras acerca dos fenômenos de violência estatal e não-estatal. Introdução à pesquisa na temática das violências: os diferentes fundamentos teóricos e as abordagens próprias da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política.

### **Bibliografia básica**

- CALDEIRA, T. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad.: Oliveira, F. & Monteiro, H. São Paulo: Editora 34, EDUSP, 2000
- CPT – Comissão Pastoral da Terra (Org.). Conflitos no campo: Brasil, 2013. Coord.: Canuto, A. et al. Brasil: CPT Nacional, 2013
- KURCHHEIMER, & RUSCHE. Punição e estrutura social. 2ª edição. Trad.: Neder, G. São Paulo: Editora Revan, 2004

### **Bibliografia complementar**

- CARDIA, N. Direitos Humanos: Ausência de cidadania e exclusão moral. Princípios de Justiça e Paz. Comissão Justiça e Paz, São Paulo: 1995
- GIRARD, R. A violência e o sagrado. 3ª edição. Trad.: Grambini, M. C. São Paulo: Paz e Terra, 2008
- TELES, E. & SAFATLE, V (orgs.) O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011
- WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência: Mortes matadas por arma de fogo. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2013.

## Estudos de Povos Indígenas

Ementa: Os caminhos da etnologia no Brasil e, em particular, na Amazônia. Introdução à etnologia indígena. A sociodiversidade nativa brasileira e na região amazônica. Problemas vivenciados pelos povos indígenas na Amazônia. Problemas e desafios etnológicos no estudo dos povos indígenas no estado do Pará.

### **Bibliografia básica**

BESSA FREIRE, J. R. Rio Babel: a história das línguas na Amazônia, Atlântica – UERJ, Rio de Janeiro, 2004

CUNHA, M. C. (Org.) História dos índios do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SILVA, L., (Org.), Coletânea da legislação indigenista brasileira, Brasília, Editado por CGDTI/FUNAI, 2008

### **Bibliografia complementar**

FAUSTO, C., Os Índios antes do Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000

MASTOP-LIMA. L. N. O tempo antigo entre os Suruí/Aikewára: um estudo sobre mito e identidade étnica. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA. 2002

Oliveira, R. C. de. A Crise do Indigenismo, Campinas: Editora da UNICAMP 1988

SAMPAIO & ERTAL (orgs.). Rastros da Memória: Histórias e Trajetórias das Populações Indígenas na Amazônia, Manaus: EDUA, 2006

VIVEIROS DE CASTRO, E. & CUNHA, M. C. da (Orgs.). Amazônia – Etnologia e história indígena. São Paulo: NHII/USP, 1993

## Questões urbanas: teoria e métodos

Ementa: Conceitos antropológicos e sociológicos sobre a vida nas cidades e os processos sócio-espaciais no Brasil. As dinâmicas urbanas através das organizações sociais e políticas e culturais. As políticas urbanas e a estruturação das cidades. Uso e controle social das cidades e as suas formas de violência.



#### Bibliografia básica:

- BANFIELD, E. C. A crise urbana: natureza e futuro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CASTELLS, M. Problemas de investigação em sociologia urbana. Florença: Avante, 1975.
- VELHO, G. Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

#### Bibliografia complementar

- ELIAS. N. A solidão dos moribundos: envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FREITAG, B. Teorias da cidade. Campinas: Papyrus, 2006
- KOWARICK. L. Escritos urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEEDS, A. & LEEDS, E. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1978
- MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. Brasil: território e sociedade no início do século XXI, Record, 2001

### Instituições Políticas Brasileiras

Ementa: A Formação do Estado Nacional Brasileiro. Poder Local na Política Brasileira. O Populismo na Política Brasileira. O Militarismo na Política Brasileira. O Novo Sindicalismo na Política Brasileira.

#### Bibliografia básica

- FAORO. R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1995.
- IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. 2a edição. Revista – Civilização Brasileira. Rio de Janeiro-1971.
- LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

#### Bibliografia complementar

- CARVALHO, J. M. De. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi, 3°. Ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- HOLLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- SODRÉ, N. W. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990
- VIANNA, L. W. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- WEFFORT, F. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

### Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil

Ementa: O sistema partidário e eleitoral no Brasil: conceitos básicos e perspectivas teóricas e metodológicas. A formação do sistema partidário e das eleições municipais no contexto do Sul e Sudeste paraense.

Bibliografia básica:

- FRANCO, A. A. de M. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. 3a Edição. Editora Alfa-OLmega. São Paulo, 1980.
- MOTTA, R. P. S. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008
- NICOLAU, J. M. Sistemas eleitorais. Rio de Janeiro. Editora Getúlio Vargas, 1999.

Bibliografia complementar

- MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são as suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000
- MMEZZARROBA, Or. Partidos políticos: princípios e garantias constitucionais. Lei 9.096/95 – anotações jurisprudenciais. Curitiba: Juruá, 2005.
- PRADO JÚNIOR, C. Evolução política do Brasil e outros estudos. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. (Brasil Império)
- SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. (Orgs.) Reforma política: lições da história recente. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SOUZA, M. do C. C. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976

Pensamento Social Brasileiro

Ementa: Interpretações do Brasil nos séculos XIX e XX que buscaram compreender nossa particularidade histórica, explicar nossas desigualdades sociais e determinar a natureza própria do poder político no Brasil. As perspectivas de hierarquias raciais, de uma sociedade de classes, até a de um estado patrimonialista e a de um estado de direito incompleto. Embates teóricos entre diferentes narrativas e suas implicações políticas, sociais e culturais.

### **Bibliografia básica**

- CUNHA, E. da. Os sertões: campanha de Canudos. 39ª.edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora: Publifolha, 2000
- FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 42ª.edição. Rio de Janeiro: Record, 2001
- HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

### **Bibliografia complementar**

- BASTOS, T. A província: estudo sobre a descentralização no Brasil. Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira n 105, 3a ed. São Paulo, 1965
- CASTRO, J. de. Geografia da fome. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946
- FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 10ª edição. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000
- NABUCO, J. O abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000
- RICÚPERO, B. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. Alameda, São Paulo, 2007
- SCHWARTZ, R. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6ª edição. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012
- VIANNA, O. Populações meridionais do Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973
- Estado, movimentos sociais políticas publicas

### **Tópicos temáticos em Antropologia**

Disciplina ministrada com foco na linha de pesquisa desenvolvida no campo da Antropologia, aberta ao desenvolvimento de um tema de interesse específico do docente e/ou dos discentes.

### **Conflitos sociais: terra e território**

Ementa: Atores envolvidos nos conflitos por terra na Amazônia e conformação histórica deste conflito: campesinato, agronegócio, mineração, empreiteiras, comunidades tradicionais.

### **Bibliografia básica**

- ACSELRAD, H. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. Paper apresentado no II Seminário internacional sobre desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, 2004. Disponível em < <http://www.unisc.br/slide/sidr/2004/conferencias/02.pdf> > Acesso em julho de 2015
- HARVEY, D. Os limites do capital. (Cap. 12: A produção das configurações espaciais: as mobilidades do capital e do trabalho) São Paulo: Boitempo, 2013
- WAGNER, A. Carajás: a guerra dos mapas. 2ª ed. rev. e ampliada. Belém: [s.n.] 1995.

### **Bibliografia complementar**

- COSTA, W. M. O estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997
- EMMI, M. Oligarquia dos Tocantins e o domínio dos castanhais. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999
- ESTERCI, N. et al. (org.). Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- GRAMKOW, M. M. (org.) Demarcando terras indígenas II: experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2002
- HALL, A. L. Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Trad.: Jungmann, R. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- VELHO, O. G. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

## **Anexo 10: Lei nº 6.888/1980: Dispõe sobre a profissão de sociólogo/a**

Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

*Dispõe sobre o exercício da profissão do Sociólogo e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e ou sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O exercício, no País, da profissão de Sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta lei, em estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos;

d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta lei, por estabelecimento de Pós-Graduação oficiais ou reconhecidos;

e) aos que embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c, e d, venham exercendo efetivamente, a mais de cinco anos, atividade de sociólogo, até a data da publicação desta lei.

Art. 2º - É da competência do sociólogo:

I - elaborar, supervisionar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar sociologia geral ou especial nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º - os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou entidades privadas, quando encarregados da elaboração e execução de plano, estudos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida

atividade, Sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para a prestação de serviços.

Art. 4º - as atividades de Sociólogo serão exercidas na forma de contrato de trabalho, regido pela consolidação das Leis do Trabalho, em regime do estatuto dos funcionários públicos, ou como atividades autônomas.

Art. 5º - admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviço previstos nesta Lei, desde que as mesmas mantenham sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º - o exercício da profissão de sociólogo requer prévio registro no Órgão competente no Ministério do Trabalho, e se fará mediante a apresentação de:

I - Documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nas alíneas a, b, c e d do artigo 1º, ou a comprovação de que vem exercendo a profissão, na forma de alínea e do art. 1º;

II - Carteira Profissional.

Parágrafo Único: para os casos de profissionais incluídos na alínea e do art. 1º, a regulamentação desta lei disporá sobre os meios e modos da devida comprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da respectiva publicação.

Art. 7º - o Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º - esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - revogam-se as disposições em contrário.

Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984

Regulamenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências.

## **Anexo 11: Decreto nº 89.531/1984: Regulamenta a profissão de sociólogo/a**

Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

DECRETA:

Art. 1º - O exercício, no País, da profissão de sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até 11 de dezembro de 1980, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, diplomados até 11 de dezembro de 1980, por estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos;

e) aos que, embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c, e d, tenham exercido, efetivamente, há mais de 5 (cinco) anos, até 11 de dezembro de 1980, uma das atividades definidas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 2º - São atribuições dos sociólogos:

I - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º - Os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou as entidades provadas, quando encarregados da elaboração e execução de planos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto a referida atividade,

sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para a prestação de serviços.

Art. 4º - As atividades de sociólogo serão exercidas:

I - mediante contrato de trabalho, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho,

II - em regime estatutário (Estatuto dos Funcionários Públicos); e

III - de forma autônoma.

Art. 5º - Admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviços para a realização das atividades previstas no artigo 2º deste Decreto, desde que as mesmas mantenham sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º - O exercício da profissão depende de prévio registro no órgão regional do Ministério do Trabalho.

Parágrafo 1º - O registro a que se refere este artigo será efetuado a requerimento do interessado, instruído com os seguintes documentos:

a) diploma mencionado na alínea a, b, ou d do artigo 1º, ou ainda

b) título de habilitação específica em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada na forma do disposto no artigo 1º;

c) documento comprobatório de atividade profissional de sociólogo, durante pelo menos 5 (cinco) anos, até 11 de dezembro de 1990, observado o previsto no artigo seguinte;

d) Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo 2º - O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá conter, além do nome do interessado, a filiação, o local e a data de nascimento, o estado civil, indicação da residência e local onde exerce a profissão, número da Carteira de Identidade, seu órgão expedidor e data da expedição, bem como o número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

Art. 7º - A prova da situação prevista na alínea e do artigo 1º será feita por qualquer meio em direito permitido, notadamente pela Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou pelo recibo de pagamento do imposto relativo ao exercício da atividade profissional e somente admitida no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação deste Decreto.

Art. 8º - O órgão regional do Ministério do Trabalho anotarà na carteira de Trabalho e Previdência Social do interessado a data e o registro da profissão.

Art. 9º - O Ministério do Trabalho expedirá as instruções que se fizerem necessários à execução deste decreto.



Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 05 de abril de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

## **Anexo 12: Resolução da FACSAT que normatiza os Trabalhos de Conclusão de Curso**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 08 de junho de 2016

*Fixa as normas que regem a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) no curso Bacharelado em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará*

### RESOLUÇÃO

**Art. 1º** Em conformidade com a Resolução 008/2015 do CONSEPE, a presente Resolução estabelece as normas que regem os Trabalhos de Conclusão de Curso da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins.

**Art. 2º** O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) poderá ser elaborado nas seguintes formas, aplicando-se as normas vigentes para apresentação e redação de trabalhos acadêmicos:

- I. Monografia de Pesquisa de Campo, compreendendo-se como trabalho acadêmico realizado a partir da pesquisa de dados primários;
- II. Monografia de Pesquisa Bibliográfica, compreendendo-se como tal trabalho acadêmico realizado a partir de pesquisa de dados secundários.
- III. Documentário Audiovisual, realizado a partir de pesquisa de campo, com equipamentos próprios ou concedidos por outras instituições de fomento à pesquisa. O Documentário Audiovisual deverá ser apresentado pelo discente em texto, indicando resultados de atividade de pesquisa de campo e bibliográfico que justifiquem a produção do material em modelo de monografia.
- IV. Artigo científico em co-autoria com o orientador (a)- publicado em periódico da área.

**§1º** O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá ser elaborado individualmente.

**§2º** O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá obedecer as Normas para Elaboração e Apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso de acordo com a ABNT.

**Art. 3º** O Conselho da Faculdade deve ser a instância onde os discentes do curso de Bacharelado em Ciências Sociais deverão requerer suas inscrições para a realização do TCC.

**§1º** A inscrição deverá ser feita por ocasião da matrícula específica para o TCC e o seu deferimento se dará em reunião do Conselho da Faculdade, *a posteriori*.

**§2º** A inscrição será feita em formulário próprio, no qual deve conter:

- I. Nome completo do discente;
- II. Número de matrícula;
- III. Ano de entrada no curso;
- IV. Semestre que está cursando;
- V. Número de disciplinas já integralizadas;
- VI. Endereço completo e atualizado;
- VII. Pré-projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- VIII. Sugestão do docente/a orientador/a;
- IX. Titulação do/a orientador/a;

**§3º** Poderá se inscrever para iniciar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o/a discente/a que tenha cumprido, pelo menos, 70% das exigências mínimas exigidas para integralização do curso Bacharelado em Ciências Sociais, e necessariamente ter sido aprovado nas disciplinas de Metodologia.

**§4º** O pedido de inscrição será examinado pelo Conselho da Faculdade e, após homologação, encaminhado ao docente/a que realizará a orientação.

**§5º** A partir do momento da homologação e designação do/a docente/a orientador/a, o/a discente/a terá no mínimo 01 (um) semestre para a conclusão do trabalho. O tempo máximo para a conclusão do trabalho não deverá exceder o tempo limite estabelecido pela Universidade para o jubramento do curso.

**Art. 4º** O colegiado fará a designação do docente que irá orientar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), observando, na medida do possível, a indicação original do discente feita no ato da matrícula, em respectivo formulário.

**§1º** Será destinada à orientação de cada Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a carga horária de duas (02) horas semanais, conforme Resolução Nº 1.664/88, Art.8º, Parágrafo 3º do CONSEP.

**§2º** Estarão habilitados a orientar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) docentes efetivos e/ eventualmente docentes substitutos da Unifesspa, preferencialmente com titulação mínima com especialização.

**§3º** Estarão igualmente habilitados a orientar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) profissionais de outras Instituições, em contrato de cooperação técnico-científica com a Unifesspa.

**Art. 5º** O/A docente/a orientador/a acompanhará semanalmente o/a discente/a ao longo das etapas do trabalho.

**§1º** Poderá ocorrer a mudança de orientado ou orientador desde que aprovado pelo/a orientado/a, orientador/a e pelo Conselho da Faculdade. Tal mudança deverá ser formalizada a partir de requerimento do/a orientado/a ou do/a orientador/a endereçado ao Conselho da Faculdade.

**§2º** Em relação à perda ou permanência da Carga Horária pelo primeiro orientador, caberá ao Conselho da Faculdade decidir, avaliando os casos individualmente.

**§3º** Cada Docente/a orientador/a poderá orientar 08 (oito) discentes/as em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), por semestre ou até completar a carga horária correspondente a seu Plano Individual de Trabalho (PIT).

**§4º** Dada a pouca disponibilidade de profissionais, e a real demanda discente, cada docente(a)/orientador(a) poderá assumir, extraordinariamente, maior quantidade de orientações conforme definição do Conselho da Faculdade e em atenção às necessidades do curso e disposição de docentes.

**§5º** Os cursos intensivos assumidos pela Faculdade através de contrato e/ou convênio terão acordos específicos conforme a disponibilidade de docentes para realizar orientações.

**Art. 6º** Será obrigatória a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mediante Banca Examinadora.

**§1º** Para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o/a discente terá o tempo de até vinte (20) minutos. A arguição para cada membro da Banca Examinadora será de até 15 minutos.

**§2º** A realização da Defesa Pública deverá ser publicizada nos quadros de aviso da FACSAT – contendo informações sobre data, hora e local – com pelo menos 04 dias de antecedência nos quadros de aviso da FACSAT.

**Art. 7º** O Trabalho de Conclusão de Curso será examinado e avaliado pela Banca em vista de critérios estabelecidos para garantir a qualidade da produção científica dos discentes da FACSAT expressa no documento TCC. Os itens de avaliação são os seguintes:

1. O trabalho contempla introdução, desenvolvimento e conclusão?
2. Há organização lógica das ideias?
3. Qual o grau de aprofundamento teórico dos aspectos fundamentais?
4. O referencial teórico apresentado é pertinente e acionado adequadamente no trabalho?
5. Evidencia concepções críticas e problematizadoras?
6. Há clareza na apresentação das ideias e coerência entre elas?
7. Usa corretamente a língua portuguesa no texto escrito?
8. Usa corretamente a língua portuguesa na sustentação pública?
9. Utiliza adequadamente terminologias próprias da área temática no texto escrito?
10. Utiliza adequadamente a terminologia própria da área temática na sustentação pública?

**§1º** Os avaliadores deverão preencher a Ficha de Avaliação em anexo a esta resolução.

§2º Cada um dos itens de avaliação será atribuída uma nota pelos avaliadores, sendo 1,0 ponto para o caso do item ser integralmente contemplado; 0,75 ponto para o caso do item parcialmente contemplado; 0,50 para o caso do item insuficientemente contemplado; e 0,00 para o item que não foi contemplado. A soma dos itens de avaliação determina a Nota Final do discente.

§3º O conceito final será obtido através da média aritmética das três avaliações, após o que serão convertidas em conceito a partir do seguinte quadro de referência:

9,00-10,00: Excelente;

7,00 a 8,99: Bom;

5,00 a 6,99: Regular;

0,00 a 4,99: Insuficiente.

§4º O discente terá acesso à Ata de Defesa Pública da cópia desta após cumprir todas as exigências contidas nesta Resolução presente.

**Art. 8º** Os examinadores deverão registrar na Ficha de Avaliação, em item discriminado, se ocorreu algum caso de violação ética aparente na prática científica do discente.

§1º Nos casos de *Plágio* apontados por um dos examinadores/avaliadores, o TCC será imediatamente reprovado. É necessário que apenas um dos avaliadores comprove este caso de violação ética para que a reprovação imediata seja levada a cabo.

§2º Os casos referentes a outras formas de violação ética da prática científica serão levados ao Conselho da Faculdade para discussão de mérito. Será apontado um(a) relator(a) para avaliar o caso e o TCC será submetido à avaliação do Conselho, sendo decidida a reprovação ou não do TCC e as demais medidas cabíveis. Essas sanções serão decididas por maioria simples do Corpo Docente.

Acrescentar um texto indicando a inteira responsabilidade do autor sobre os conteúdos e argumentos do trabalho.

§3º Os docentes do Conselho terão a prerrogativa de encaminhar ao Comitê de Ética da Unifesspa – assim que este estiver institucionalizado – os casos contenciosos, seja encaminhando a própria análise de mérito da suposta violação ética, seja como instância de apelação das partes envolvidas (Discente, Orientador e demais docentes do Conselho da FACSAT).

**Art. 9º** Para fins de registro institucional, o discente aprovado na Defesa Pública deverá entregar, em até 05 dias úteis após a realização da mesma, o documento TCC corrigido, digitalizado e gravado na forma de CD, DVD ou Pen-Drive; ficando dispensada a exigência de entrega do documento TCC em forma impressa. O CD/DVD deverá ter escrito, preferencialmente com tinta permanente no dorso do disco, o nome do discente, o curso (bacharelado ou licenciatura), a turma a qual pertence, o título de sua monografia e a data da defesa.

§ Parágrafo único: A entrega de Ata de Defesa e a aprovação do TCC na plataforma SIGAA e nas instâncias administrativas da Unifesspa estão condicionadas à exigência de entrega do material digitalizado tal como contemplado neste mesmo artigo. O material deverá ser entregue com ofício de encaminhamento emitido pelo/a orientador/a e com antecedência mínima de dez (10) dias da data definida para a realização da colação de grau do/a formando/a. A não entrega no prazo estipulado caracteriza débito do/a discente/a com o Curso e com a Faculdade, o que o impossibilita de colação de grau no período requerido.

**Art. 10º** A Banca Examinadora, composta por três examinadores, encaminhará ao Conselho da Faculdade a Ata Pública da Defesa e as Fichas de Avaliação anexas, contendo o devido conceito.

§1º A Banca deverá ser composta pelo orientador e mais 02 (dois) docentes convidados.

§2º Apenas um membro da Banca Examinadora poderá pertencer aos quadros de outra Instituição, que não seja a Unifesspa.

§3º Havendo indisponibilidade de docentes da Unifesspa, poderá ser indicado um segundo membro para a Banca Examinadora oriundo de outra instituição, devendo para tanto, ser homologado pelo Conselho da Faculdade.

§4º O Conselho da Faculdade designará a Banca Examinadora, considerando, para tal, a indicação do/a docente/a orientador/a e orientado/a.

§5º Na composição da Banca Examinadora, indicada pelo/a orientador/a e orientado/a, deverá ser indicado um quarto examinador/a, que ficará como suplente, para eventual necessidade.

§6º Ao/À docente/a orientador/a cabe a Coordenação da Banca Examinadora.

§7º A orientação feita por pessoa externa à Unifesspa exige a presença de membro em atividade de co-orientação pertencente ao quadro docente da Faculdade.

**Art. 11º:** O conselho da faculdade somente homologará os membros da Banca Examinadora e marcará a data para a defesa após o depósito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em três (03) vias, junto a Direção da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins.

**Art. 12º** A realização da defesa Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), obedecerá o prazo mínimo de dez (10) dias após a data efetiva do depósito do mesmo.

**Art. 13º** Os casos não previstos nesta Resolução presente serão discutidos e decididos pelo Conselho da Faculdade.

**Art. 14º** As normas instituídas pela presente Resolução passam a vigorar a partir da data de sua aprovação pelo Conselho da Faculdade, revogando-se as disposições em contrário.

Marabá, 08 de junho de 2016.

## Anexo 12.1: Modelo de Ficha de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso

Faculdade de Ciências Sociais Araguaia-Tocantins

Instituto de Ciências Humanas

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Defesa pública de Trabalho de Conclusão de Curso realizada no dia        /        /

Título do Trabalho:

Discente:

Turma:

Orientador:

Avaliador(a): \_\_\_\_\_

	Integral (1,00)	Parcial (0,75)	Insuficiente (0,50)	Nenhum (0,00)
1. O trabalho contempla introdução, desenvolvimento e conclusão?				
2. Há organização lógica das ideias?				
3. Qual o grau de aprofundamento teórico dos aspectos fundamentais?				
4. O referencial teórico apresentado é pertinente e acionado adequadamente no trabalho?				
5. Evidencia concepções críticas e problematizações interessantes?				
6. Há clareza na apresentação das ideias e coerência entre elas?				
7. Usa corretamente a língua portuguesa no texto escrito?				
8. Usa corretamente a língua portuguesa na sustentação pública?				
9. Aciona adequadamente a terminologia própria da área temática no texto escrito?				
10. Aciona adequadamente a terminologia própria da área temática na sustentação pública?				

O/A avaliador(a) detectou alguma forma de plágio no TCC? Não  Sim

O/A avaliador(a) detectou algum outro problema ético na prática científica do discente? Não  Sim

Nota  
Final: \_\_\_\_\_

Observações adicionais do/a avaliador/a:

Conceito: \_\_\_\_\_ Assinatura do/a avaliador/a: \_\_\_\_\_

### Anexo 13: Ficha de atividades complementares

Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins

Instituto de Ciências Humanas

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

#### ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE CÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS (140 HORAS)

NOME: \_\_\_\_\_

MATRICULA: \_\_\_\_\_

Marque a opção de atividade comprovada e sua CH	Atividade	Aproveitamento em horas	Aproveitamento máximo
	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS E REGIONAIS (SEMINÁRIOS, ENCONTROS, CONGRESSOS, PALESTRAS)	½ do nº de horas	40 h
	INICIAÇÃO CIENTÍFICA (BOLSISTAS E VOLUNTÁRIOS)	20 h por semestre	40 h
	MONITORIA (Bolsista e Voluntário)	20 h por semestre	40 h
	PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE EXTENSÃO (Bolsista e Voluntário)	20 h por semestre	40 h
	PARTICIPAÇÃO EM PALESTRAS ACADÊMICAS EM GERAL	2 h por palestra	10 h
	ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS REGIONAIS E NACIONAIS	5 horas por evento	20 h
	REPRESENTAÇÃO DISCENTE NO COLEGIADO	5 horas por semestre	2 h
	MEMBRO DA DIRETORIA DO CENTRO ACADÊMICO	5 h por semestre	10 h
	APRESENTAÇÃO DE TRABALHO EM EVENTOS NACIONAIS	10 h por trabalho	30 h
	PUBLICAÇÃO DE ARTIGO COMPLETO EM EVENTOS NACIONAIS	30 h por trabalho	60 h
	PUBLICAÇÃO DE RESUMO EM EVENTOS NACIONAIS	10 h por resumo	30 h
	Publicação regionais		
	PARTICIPAÇÃO como ouvinte em mini CURSOS	½ do nº de horas	100 h
	MINISTRANTE DE MINI-CURSOS	Número de horas	60 h



	Participação em CURSO DE IDIOMAS	Cada 10 horas de curso equivale a 5 horas de atividades complementares	10 h
	PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS	10 h por artigo	5h
	Participação na Realização de vídeos documentários (roteirista, direção,	5h por Vídeo-documentário	20h
	Produção artística (fotografia, pintura, produção de textos literários, instalações, peças de teatro)	5h por trabalho produzido	
	Estágios extra-curriculares*	A cada três meses 30h	40h

\*Estágio em órgãos públicos ou privado em atividades afins com o curso e mediante apresentação do plano de trabalho por escrito.

Orientações:

**CADA DISCENTE PRECISA TER NO HISTÓRICO UM TOTAL DE 140 H DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES, PARA TANTO O MESMO DEVERÁ ENTREGAR NA SECRETARIA DA FACULDADE SEU CURRÍCULO DE ATIVIDADES, CONFORME ORIENTAÇÃO ABAIXO:**

- Montar um dossiê de atividades relacionando os eventos do qual o discente participou.
- Encaminhar via memorando à coordenação do curso para que seja aprovado e homologado os créditos em reunião do Colegiado da faculdade.

OBS.: SOMENTE SERÃO ACEITOS OS ITENS DEVIDAMENTE COMPROVADOS.

#### **Anexo 14. Documentos legais que subsidiaram a elaboração do Projeto Pedagógico**

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.**
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 17/2002**, de 13 de março de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 224/2004**, de 3 de abril de 2001. Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1, p. 50.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 492/2001**, de 4 de agosto de 2004. Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 27/09/2004.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 1/2002**, de 18 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31. Republicada por ter saído com incorreção do original no D.O.U., de 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9/2001**, de 8 de maio de 2001. Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p.31.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2/2002**, de 19 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2004**, de 17 de junho de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p.11.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2012**, de 30 de maio de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012, Seção 1, p.48.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2/2012**, de 15 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012, Seção 1, p.70.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. **Resolução nº. 3.633, de 18 de fevereiro de 2008. Regulamento do Ensino de Graduação.** Belém: 2008.
- \_\_\_\_\_. PROEG/Câmara de ensino. Parecer nº. 009/03.
- \_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. Caderno 7 – PROEG. Belém: 2005.
- \_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2001-2010.** Belém: EDUFPA, 2003.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. **Resolução nº 022 de 13 de novembro de 2014.** Marabá: 2014